



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da São Martinho S.A. Pradópolis - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da São Martinho S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da São Martinho S.A. em 31 de março de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração dos ativos biológicos

A Companhia mensura seus ativos biológicos, que correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento, com base no seu valor justo, calculado com base no fluxo de caixa descontado da safra em formação. Conforme mencionado na nota 11, essa mensuração é uma estimativa significativa e é baseada em diversas premissas e metodologias adotadas pela administração da Companhia, para as quais foram utilizadas informações internas e externas, principalmente relacionadas à produtividade, rentabilidade, preços e taxa de desconto. Em 31 de março de 2019, a Companhia possuía saldo de R\$657.057 mil na rubrica de ativos biológicos, no ativo circulante individual e consolidado.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores dos ativos biológicos registrados pela Companhia e às incertezas inerentes a esse tipo de estimativa, bem como ao julgamento necessário que deve ser exercido pela Administração na determinação das premissas de cálculo do seu valor justo.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, utilização de profissionais especializados para nos auxiliar na avaliação das premissas e



metodologia usadas pela Companhia, em particular relacionadas às estimativas de produtividade, rentabilidade, preços futuros de açúcar e álcool e taxas de juros para descontos dos fluxos de caixa. Também focamos na adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de mensuração do respectivo valor justo no ativo circulante, como seus reflexos no resultado do exercício.

Adicionalmente, avaliamos as divulgações nas demonstrações financeiras com relação aos ativos biológicos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento e mensuração dos ativos biológicos, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor justo dos respectivos ativos biológicos, assim como as respectivas divulgações na nota 11, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Instrumentos financeiros derivativos

Com o intuito de proteção aos riscos de volatilidade do preço de commodities, taxas de câmbio e taxa de juros, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos, sendo que para parte desses a Administração utiliza a contabilidade de hedge (hedge accounting). Esses instrumentos financeiros derivativos totalizam R\$ 18.646 mil, R\$ 164.378 mil e um saldo devedor de R\$145.732 mil (líquido dos efeitos tributários) no ativo, passivo e patrimônio líquido, respectivamente em 31 de março de 2019. Para estar apta a aplicar o método de contabilidade de hedge, a Companhia deve cumprir determinadas exigências previstas nas normas contábeis, incluindo, mas não se limitando à documentação formal da designação para contabilidade de hedge, realização de teste de efetividade e contabilização de eventual ineficácia na demonstração do resultado.

Dadas as exigências técnicas aplicáveis à adoção de contabilidade de hedge, bem como, em caso da ocorrência de designação ou comprovação de ineficácia com potencial risco de distorção nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Com o envolvimento dos nossos especialistas em instrumentos financeiros derivativos, os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros e em base de amostragem, a revisão de contratos, envio de cartas de confirmação para as contrapartes dos respectivos contratos, revisão das políticas e memorandos que formalizam a designação para contabilidade



de hedge e exames dos testes de efetividade prospectiva e retrospectiva para avaliar se as relações de cobertura são eficazes e se foram adequadamente calculados.

Analisamos também a adequação das divulgações da Companhia nas notas 22 e 23 às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento instrumentos financeiros derivativos sujeitos a contabilidade de hedge, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos os critérios usados e documentações mantidas pela Companhia para utilização da contabilidade de hedge, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas mencionadas no parágrafo acima, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de março de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

administração responsável pela elaboração Α apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas



relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 24 de junho de 2019

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC 2SP034519/O-6

José Antonio de A. Navarrete Contador CRC 1SP198698/O-4

Índice

Bal	anço patrimonial	1
Der	monstração do resultado	2
Dei	monstração do resultado abrangente	3
Dei	monstração das mutações no patrimônio líquido	4
Der	monstração dos fluxos de caixa	5
Der	monstração do valor adicionado	6
1.	Contexto operacional	8
2.	Resumo das principais políticas contábeis	9
3.	Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor	14
4.	Principais usos de estimativas e julgamentos	.14
5.	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	.16
6.	Contas a receber de clientes	.17
7.	Estoques e adiantamento a fornecedores	.18
8.	Tributos a recuperar	.18
9.	Partes relacionadas	.19
10.	Investimentos	.22
11.	Ativos biológicos	.23
12.	Imobilizado	.26
13.	Intangível	.29
14.	Empréstimos e financiamentos	.30
15.	Fornecedores	.32
16.	Obrigações e Direitos com a Copersucar	.33
	Patrimônio líquido	
18.	Programa de participação nos lucros e resultados	.38
19.	Imposto de renda e contribuição social	.38
	Compromissos	
21.	Provisão para contingências	.41
22.	Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos	. 44
23.	Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros	.52
24.	Informação por segmento (consolidado)	.54
25.	Receitas	.56
26.	Custos e despesas por natureza	.58
27.	Resultado Financeiro	.59
28.	Outras receitas e despesas	.59
	Lucro por ação	
	Cobertura de seguros	
	Aquisição e alienação de participação societária – valores a pagar e receber	
	Evento subsequente	۷1



Balanço Patrimonial Em 31 de março de 2019 e 2018

Em milhares de reais

			Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado
ATIVO	Nota	2019	2018	2019	2018	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2019	2018	2019	2018
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	197.170	139.622	197.607	140.865	Empréstimos e financiamentos	14	754.999	574.569	754.999	686.630
Aplicações financeiras	5	1.790.855	953.900	1.838.261	1.320.851	Instrumentos financeiros derivativos	22	37.369	8.862	37.369	8.862
Contas a receber de clientes	6	145.134	66.813	163.412	177.893	Fornecedores	15	155.492	111.893	152.713	154.146
Instrumentos financeiros derivativos	22	53.967	66.345	53.967	69.173	Obrigações com a Copersucar	16	9.094	8.583	9.094	8.583
Estoques e adiantamento a fornecedores	7	224.170	260.209	232.322	334.654	Salários e contribuições sociais		133.598	109.711	134.372	137.155
Ativos biológicos	11	657.057	419.732	657.057	581.725	Tributos a recolher		38.907	9.289	40.833	16.877
Tributos a recuperar	8	19.150	23.802	20.124	36.093	Imposto de renda e contribuição social	19	-	-	4.178	4.167
Imposto de renda e contribuição social	19	79.759	5.795	79.759	9.687	Dividendos a pagar		81.077	148.341	81.077	148.341
Dividendos a receber	9	-	3.211	-	-	Adiantamentos de clientes		4.246	14.526	4.295	16.406
Outros ativos		9.276	16.654	10.191	16.917	Aquisição de participações societárias	9 e 31	11.715	11.746	11.715	11.746
TOTAL DO CIRCULANTE		3.176.538	1.956.083	3.252.700	2.687.858	Outros passivos		21.216	18.693	27.020	28.287
	_					TOTAL DO CIRCULANTE	-	1.247.713	1.016.213	1.257.665	1.221.200
NÃO CIRCULANTE							_				
Aplicações financeiras	5	49.681	24.591	53.345	50.669	NÃO CIRCULANTE					
Estoques e adiantamento a fornecedores	7	131.881	88.430	131.881	111.135	Empréstimos e financiamentos	14	3.697.601	3.045.999	3.697.601	3.238.267
Partes relacionadas	9	9	6.527	-	5.834	Instrumentos financeiros derivativos	22	13.520	930	13.520	930
Instrumentos financeiros derivativos	22	229	3.617	229	3.617	Obrigações com a Copersucar	16	201.498	201.787	201.498	201.787
Contas a receber de clientes	6	-	-	22.488	24.869	Tributos a recolher		2.998	2.656	2.998	2.656
Valores a receber da Copersucar		10.017	9.355	10.017	9.355	Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	482.442	444.443	988.760	1.007.923
Tributos a recuperar	8	79.790	111.677	79.790	122.200	Provisão para contingências	21	161.663	70.096	162.130	99.122
Imposto de renda e contribuição social	19	-	117.442	-	117.442	Aquisição de participações societárias	9 e 31	26.890	38.510	26.890	38.510
Depósitos judiciais	21	27.035	24.150	27.210	28.673	Outros passivos	10	6.650	14.542	6.650	14.542
Outros ativos		14.366	439	14.366	439	TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	_	4.593.262	3.818.963	5.100.047	4.603.737
	_	313.008	386.228	339.326	474.233		_				
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17				
Investimentos	10	1.345.290	2.704.518	33.537	32.552	Capital social		1.696.652	1.549.302	1.696.652	1.549.302
Imobilizado	12	3.979.304	2.679.114	5.644.660	5.449.912	Reserva de capital		9.418	9.418	9.418	9.418
Intangível	13	417.845	399.008	478.499	470.157	Ações em tesouraria		(234.100)	(234.100)	(234.100)	(234.100)
-	_	5.742.439	5.782.640	6.156.696	5.952.621	Opções de ações outorgadas			11.578		11.578
						Ajustes de avaliação patrimonial		1.016.355	1.120.319	1.016.355	1.120.319
						Reservas de lucros		902.685	833.258	902.685	833.258
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	_	6.055.447	6.168.868	6.496.022	6.426.854	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-	3.391.010	3.289.775	3.391.010	3.289.775
	_						-				
TOTAL DO ATIVO	_	9.231.985	8.124.951	9.748.722	9.114.712	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	=	9.231.985	8.124.951	9.748.722	9.114.712

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de março de 2019 e 2018

Em milhares de reais

		Controladora		С	onsolidado
	Nota	2019	2018	2019	2018
Receitas	25	3.268.557	2.497.718	3.360.362	3.435.700
Custo dos produtos vendidos	26	(2.524.100)	(1.858.049)	(2.488.932)	(2.336.341)
Lucro bruto		744.457	639.669	871.430	1.099.359
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	26	(94.828)	(105.275)	(97.367)	(119.778)
Despesas gerais e administrativas	26	(187.050)	(141.196)	(194.925)	(180.070)
Resultado de equivalência patrimonial	10	121.407	334.474	(240)	(2.994)
Outras receitas (despesas), líquidas	28	117.262	2.441	119.124	3.164
	_	(43.209)	90.444	(173.408)	(299.678)
Lucro operacional		701.248	730.113	698.022	799.681
Resultado financeiro	27				
Receitas financeiras		92.912	88.987	103.718	122.702
Despesas financeiras		(310.330)	(290.971)	(311.154)	(333.519)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		(35.007)	34.181	(35.008)	31.858
Derivativos		(76.344)	(1.003)	(76.344)	1.824
		(328.769)	(168.806)	(318.788)	(177.135)
Lucro antes do imposto de renda e					_
da contribuição social		372.479	561.307	379.234	622.546
Imposto de renda e contribuição social	19(b)				
Do exercício		(24.455)	(41.292)	(31.606)	(71.218)
Diferidos		(33.979)	(28.309)	(33.583)	(59.622)
Lucro líquido do exercício		314.045	491.706	314.045	491.706
Lucro básico por ação (em reais)	29	0,9610	1,4748	0,9610	1,4748
Lucro diluído por ação (em reais)	29	0,9610	1,4709	0,9610	1,4709

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de março de 2019 e 2018

Em milhares de reais

Controladora e consolidado	2019	2018
Lucro líquido do exercício	314.045	491.706
Itens que serão reclassificados subsequentemente ao resultado		
Movimento no exercício:		
Variação do valor justo		
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	46.647	157.622
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	(37.249)	11.275
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	(97.799)	(76.111)
	(88.401)	92.786
Reconhecimento no resultado operacional		
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	(91.382)	(184.534)
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	23.912	(96.546)
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	13.148	178.078
	(54.322)	(103.002)
Baixa por inefetividade		
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	316	3.356
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	9.260	1.671
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	-	(3.167)
	9.576	1.860
Total movimento no exercício		
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	(44.419)	(23.556)
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	(4.077)	(83.600)
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	(84.651)	98.800
Tributos diferidos sobre os itens acima	45.271	2.840
	(87.876)	(5.516)
Resultado abrangente do exercício	226.169	486.190



Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de março de 2019 e 2018 Em milhares de reais

								tes de avaliaçõ eemed cost	io patrimonial				Rese	rva de lucros		
	Nota	Capital Social	Redutora de capital	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Opções outorgadas	Própria	De investidas	Hedge accounting	Legal	Orçamento de capital	Reserva de Iucros a realizar	Reserva de incentivos fiscais	Dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de março de 2017	17	1.494.334	(55.662)	10.057	(92.134)	8.284	198.331	1.286.252	(52.340)	70.140	257.984	78.515	173.801	25.758		3.403.320
Aumento de capital com reservas	17 (a)	54.968	55.662	-	-	-	(12.640)	(7.443)	-	-	(110.630)	-	-	-	-	-
Realização de mais-v alia de deemed cost Constituição de tributo diferido-reflexa	17 (c. i)	-	-	-	-	-	(12.640)	(286.325)	-	-	-	-	-	-	20.083	(286.325)
Realização de reserva de lucros mediante pagamento de dividendos	17 (e)	-	-	-	-	-	-	(200.323)	-	-	-	(31.561)	-	-	-	(31.561)
Dividendos adicionais do exercício anterior, pagos	17 (6)						_					(31.361)		(25.758)		(25.758)
Constituição de reserva de incentivos fiscais - reflexa						_					_	_	74.678	(25.750)	(74.678)	(23.730)
Resultado com derivativos - hedge accounting	17 (c. ii)	_	_	_	_	_	_	_	(5.516)	_	_	_	74.070	_	-	(5.516)
Aquisição de ações de emissão própria	., (0)	_	_	_	(145.756)	_	_	_	(0.0.0)	_	_	_	_	_	_	(145.756)
Opções de ações outorgadas		_	_	_	-	4.083	_	_	_	_	_	_	_	_	_	4.083
Opções de ações exercidas		_	_	(639)	3,790	(789)	_	_	_	_	_	_	_	_	_	2.362
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	_	-	-	-	-	_	491.706	491.706
Destinação do lucro:																
Constituição de reservas		-	-	-	_	-	-	-	-	24.585	264.087	-	-	_	(288.672)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	_	-	-	-	-	-	_	-	-	_	(116.780)	(116.780)
Dividendos adicionais	_	-					-	-	-	-	-		-	31.659	(31.659)	-
Saldo em 31 de março de 2018	17	1.549.302		9.418	(234.100)	11.578	185.691	992.484	(57.856)	94.725	411.441	46.954	248.479	31.659		3.289.775
Aumento de capital com reservas	17 (a)	147.350	-	-	-	-	-	-	-	-	(147.350)	-	-	-	-	-
Realização de mais-valia de deemed cost	17 (c. i)	-	-	-	-	-	(12.869)	(3.219)	-	-	-	-	-	-	16.088	-
Realização de reserva de lucros mediante pagamento de dividendos	17 (e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.491)	-	-	-	(6.491)
Dividendos adicionais do exercício anterior, pagos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(31.659)	-	(31.659)
Constituição de reserva de incentivos fiscais		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	117.269	-	(117.269)	-
Resultado com derivativos - hedge accounting	17 (c. ii)	-	-	-	-	-	-	-	(87.876)	-	-	-	-	-	-	(87.876)
Adoção Inicial CPC 48 de investidas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(620)	(620)
Mudança Plano de Opções	9 (d)	-	-	-	-	(11.578)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.578)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	314.045	314.045
Destinação do lucro:																
Constituição de reservas		-	-	-	-	-	-	-		15.702	93.033	-	-	-	(108.735)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		(74.586)	(74.586)
Dividendos adicionais	-	-				 -			-					28.923	(28.923)	
Saldo em 31 de março de 2019	17	1.696.652		9.418	(234.100)		172.822	989.265	(145.732)	110.427	357.124	40.463	365.748	28.923	-	3.391.010

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de março de 2019 e 2018 Em milhares de reais

			Controladora		Consolidado
	Nota	2019	2018	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		314.045	491.706	314.045	491.706
Ajustes					
Depreciação e amortização	26	426.446	255.691	430.032	356.202
Ativos biológicos colhidos	26	606.589	395.522	606.589	539.380
Variação no valor justo de ativos biológicos	26	(5.075)	69.361	(5.151)	63.064
Amortização de contratos de energia Resultado de equivalência patrimonial	10	(121.407)	(334.474)	8.153 240	8.210 2.994
Ganho de capital em investimento controlado em conjunto	10	(121.407)	(334.474)	(306)	2.774
Resultado de investimento e imobilizado baixados	12	4.827	1.054	6.757	1.276
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas		274.896	176.550	268.188	188.823
Instrumentos financeiros derivativos		22.021	(101.999)	22.021	(104.827)
Constituição de provisão para contingências, líquidas	21.1	71.397	13.042	71.413	10.964
Imposto de renda e contribuição social	19 (b)	58.434	69.601	65.189	130.840
Ajuste a valor presente e outros		13.377	5.941	10.662	2.536
Variações nos ativos e passivos		1.665.550	1.041.995	1.797.832	1.691.168
Contas a receber de clientes		24.759	67.435	26.468	(9.547)
Estoques		56.767	(48.418)	56.957	(60.371)
Tributos a recuperar		112.085	65.460	112.075	69.888
Instrumentos financeiros derivativos		2.323	203.359	2.323	203.359
Outros ativos		1.802	1.244	1.389	2.708
Fornecedores		(7.890)	6.023	(1.094)	13.252
Salários e contribuições sociais Tributos a recolher		(22.306)	13.217 (54.513)	(22.249)	15.491 (60.618)
Obrigações Copersucar		(550) (13.549)	(43.666)	(1.126) (13.549)	(43.666)
Provisão para contingências - liquidações	21.1	(21.400)	(18.039)	(21.400)	(25.452)
Outros passivos	2	(16.407)	12.783	(21.041)	11.835
Caixa proveniente das operações		1.781.184	1.246.880	1.916.585	1.808.047
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	14	(228.676)	(231.428)	(229.410)	(277.361)
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u> </u>	<u> </u>	(6.201)	(25.535)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		1.552.508	1.015.452	1.680.974	1.505.151
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aplicação de recursos em investimentos	31	(30.580)	(16.751)	(30.580)	(17.451)
Adições ao imobilizado e intangível		(505.149)	(350.886)	(527.027)	(459.670)
Adições ao ativo (plantio e tratos)	11 e 12	(757.556)	(534.233)	(760.927)	(706.133)
Aplicações financeiras Recebimento de recursos pela venda de imobilizado	12	(474.109) 5.133	(373.110) 2.732	(453.858) 5.133	(232.999) 6.553
Caixa e equivalentes de caixa incorporado de controlada	12	2.464	2./32	2.259	6.555
Adiantamento para futuro aumento de capital		(23.334)	(5.527)	(833)	(4.834)
Recebimento de dividendos		133.446	121.667	-	4
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	_	(1.649.685)	(1.156.108)	(1.765.833)	(1.414.530)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de financiamentos - terceiros	14	1.876.608	1.622.533	1.876.608	1.746.615
Amortização de financiamentos - terceiros	14	(1.541.883)	(1.240.882)	(1.555.007)	(1.595.432)
Compra de ações em tesouraria		-	(145.756)	-	(145.756)
Alienação de ações em tesouraria		- (100,000)	2.362	- (100,000)	2.362
Pagamento de dividendos	_	(180.000)	(99.999)	(180.000)	(99.999)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		154.725	138.258	141.601	(92.210)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido		57.548	(2.398)	56.742	(1.589)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	139.622	142.020	140.865	142.454
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	197.170	139.622	197.607	140.865
Informações adicionais					
Saldos em aplicações financeiras	5	1.790.855	953.900	1.838.261	1.320.851
Total de recursos disponíveis	5	1.988.025	1.093.522	2.035.868	1.461.716

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de março de 2019 e 2018 Em milhares de reais

	Controladora			Consolidado
	2019	2018	2019	2018
Receitas				
Vendas brutas de mercadorias e produtos	3.626.102	2.651.839	3.738.840	3.721.324
Receita referente a construção de ativos próprios	1.056.568	747.169	1.060.507	977.347
Outras receitas	15.932	2.525	17.412	2.215
	4.698.602	3.401.533	4.816.759	4.700.886
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos e das mercadorias vendidas	(1.202.563)	(931.163)	(1.156.682)	(1.086.064)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(1.003.739)	(730.897)	(1.034.009)	(969.570)
	(2.206.302)	(1.662.060)	(2.190.691)	(2.055.634)
Valor adicionado bruto	2.492.300	1.739.473	2.626.068	2.645.252
Depreciação e amortização	(426.446)	(255.691)	(430.032)	(356.202)
Ativos biológicos colhidos	(606.589)	(395.522)	(606.589)	(539.380)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.459.265	1.088.260	1.589.447	1.749.670
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	121.407	334.474	(240)	(2.994)
Receitas financeiras	447.172	383.091	457.967	425.167
Outras	124.288	(12.489)	124.686	(11.237)
Valor adicionado total a distribuir	2.152.132	1.793.336	2.171.860	2.160.606
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos				
Remuneração direta	574.001	442.739	574.228	551.562
Benefícios	184.025	139.801	184.744	171.532
FGTS	50.989	42.077	51.005	52.166
Honorários dos administradores	27.071	19.059	28.432	20.801
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	151.712	119.234	167.628	271.796
Estaduais	75.403	1.397	75.862	13.271
Municipais	1.035	607	1.221	852
Financiadores				
Juros	282.977	266.087	283.732	306.622
Aluguéis	2.845	2.573	2.845	2.928
Variações cambiais	356.418	145.467	356.418	151.468
Outras	131.611	122.589	131.700	125.902
Dividendos	74.586	116.780	74.586	116.780
Lucros retidos do exercício	239.459	374.926	239.459	374.926
Valor adicionado distribuído	2.152.132	1.793.336	2.171.860	2.160.606

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A São Martinho S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Pradópolis, no estado de São Paulo, listada na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão. A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto (conjuntamente, "São Martinho") têm como objeto social e atividade preponderante o plantio de cana-de-açúcar e a fabricação e o comércio de açúcar, etanol e demais derivados da canade-açúcar; cogeração de energia elétrica; exploração empreendimentos imobiliários; exploração agrícola; importação exportação de bens, de produtos e de matéria-prima e a participação em outras sociedades.

Aproximadamente 70% da cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos são provenientes de lavouras próprias, de acionistas, de empresas ligadas e de parcerias agrícolas e 30% de fornecedores terceiros. Os negócios no setor sucroalcooleiro estão sujeitos às tendências sazonais baseadas no ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil. O período anual de safra no Centro-Sul do Brasil inicia em abril e termina em dezembro, gerando flutuações nos estoques da Companhia. O fornecimento de matéria-prima pode sofrer impacto de condições climáticas adversas. O plantio de cana-de-açúcar requer um período de até 18 meses para maturação e início de colheita, a qual ocorre, geralmente, entre os meses de abril a dezembro, período em que também ocorre a produção de açúcar, etanol e cogeração de energia.

A Companhia é controlada pela holding LJN Participações S.A. ("LJN"), com participação de 52,26% no capital votante. A LJN, por sua vez, é de propriedade das seguintes holdings familiares: Luiz Ometto Participações S.A., João Ometto Participações S.A. e Nelson Ometto Participações Ltda.

Conforme detalhado na nota 10.2, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1 de abril de 2018, foi aprovada a incorporação da Usina Boa Vista S.A. ("UBV"). Sendo assim, a comparabilidade do resultado do período corrente com o mesmo período anterior da controlada, fica significativamente afetada.

A emissão das demonstrações financeiras de 31 de março de 2019 ("demonstrações financeiras atuais") foi aprovada pelo Conselho de administração da Companhia em 24 de junho de 2019.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2. Resumo das principais políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accouting Standards Board ("IASB"), e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Referidas demonstrações foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros derivativos e ativos biológicos mensurados pelos seus valores justos.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

A Companhia apresenta os dividendos recebidos de suas controladas nas atividades de investimentos do seu fluxo de caixa por considerálos retorno dos investimentos realizados.

2.2 Base de consolidação e investimentos em controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle, e são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle, sua consolidação é interrompida.

Os saldos consolidados nas demonstrações financeiras atuais representam 100% da participação no capital social das seguintes empresas:

Empresa	Atividades principais
São Martinho Terras Imobiliárias S.A. ("SM Terras Imobiliárias") (i)	Venda e compra de imóveis, incorporação e exploração de empreendimentos imobiliários e minerários.
São Martinho Energia S.A. ("SME")	Cogeração de energia elétrica.
Cia Bioenergética Santa Cruz 1 ("Bio")	Cogeração de energia elétrica.
São Martinho Inova S.A. ("SM Inova")	Participação em sociedades.
São Martinho Terras Agrícolas S.A. ("SM Terras Agrícolas")	Exploração das terras por meio de arrendamento e parceria agrícola, locação e venda de imóveis.
São Martinho Logística e Participações S.A. ("SM Logística")	Armazenagem de produtos em geral



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) São Martinho Terras Imobiliárias ("SM Terras Imobiliárias"): inclui suas controladas que possuem atividades de incorporação e exploração de empreendimentos imobiliário, constituídas através de SPE's (Sociedade de Propósito Específico).

Os acordos de participações onde duas ou mais partes têm controle conjunto são classificados como operações conjuntas ou joint ventures, conforme os direitos sobre os ativos líquidos daquela entidade e as obrigações das partes dos acordos. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado do controle de um negócio, que só existe quando as decisões sobre as atividades relevantes da entidade requerem consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Estes investimentos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

Conforme divulgado na nota 10.4, em 1º de fevereiro de 2019 a Santa Luiza S/A ("USL"), foi incorporada pela Companhia. Em 31 de março de 2018, a companhia detinha 66,67% de participação no capital social.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional").

2.4 Conversão em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa qualificadas.

2.5 Instrumentos financeiros

A Companhia adotou o IFRS 9 (CPC 48) Instrumentos Financeiros (exceto os itens relacionados a contabilidade de *hedge*) e não optou pela reapresentação de informações comparativas.

A nova norma reúne os três aspectos de contabilização de instrumentos financeiros:



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Classificação e mensuração de ativos financeiros

A IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa e contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

(ii) Redução no valor recuperável (Impairment)

A nova norma substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito. Referidas provisões serão mensuradas em: perdas de crédito esperadas para 12 meses e perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A Companhia faz gestão do risco de crédito conf. mencionado na Nota 22.2, contratando operações apenas com instituições financeiras de primeira linha. A Administração monitora periodicamente o risco de crédito e não observa impactos relevantes nas demonstrações financeiras atuais.

A Companhia registrou em suas demonstrações financeiras, o montante de R\$ 620 referente ao cálculo de perdas esperadas de crédito no segmento imobiliário. Referido ajuste foi registrado deduzindo a conta de "Contas a receber de clientes" em contra partida da conta de "Lucros acumulados".

(iii) Contabilidade de hedge

A Companhia continuará adotando os requerimentos da IAS 39/CPC 38, conforme facultado pela IFRS 9.

a) Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são classificados como (i) mensurados ao custo amortizado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Passivos Financeiros

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e outras contas a pagar, que são classificados como empréstimos e financiamentos. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

c) Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são mensurados pelo valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como hedge accounting.

A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por hedge, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de hedge.

As variações no valor justo dos derivativos designados como hedge efetivo de fluxo de caixa tem seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido ("Ajuste de avaliação patrimonial") e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício ("Resultado financeiro"). Os valores acumulados no patrimônio líquido são realizados na demonstração do resultado nos exercícios em que o item protegido por hedge afetar o resultado, cujos efeitos são apropriados ao resultado, na rubrica "Receita líquida de vendas", de modo a minimizar as variações indesejadas do objeto do hedge.

2.6 Combinações de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

O ágio é inicialmente mensurado pelo custo no valor que exceder (a) a contraprestação transferida em troca do controle da adquirida, (b) o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e (c) o valor justo da participação anteriormente mantida pelo adquirente na adquirida (se houver) que exceder os valores, na data da aquisição, líquidos dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos, avaliados a valor justo. Se,



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

após a reavaliação, a participação da São Martinho no valor justo dos ativos identificáveis líquidos adquiridos exceder (a), (b) e (c) anteriores, o excedente é reconhecido imediatamente no resultado como ganho decorrente de compra vantajosa.

O ágio correspondente a entidades incorporadas é apresentado na rubrica específica "Ágio" no balanço patrimonial controladora e consolidado.

Em cada combinação de negócios, o adquirente deve mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pelo valor justo dessa participação ou pela parte que lhes cabe no valor justo dos ativos identificáveis líquidos da adquirida.

Custos de aquisição incorridos são contabilizados como despesas.

Ao adquirir um negócio, a São Martinho avalia os ativos e os passivos financeiros assumidos para sua correta classificação e designação, em conformidade com os termos do contrato, circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data de aquisição. Isso inclui a separação de derivativos embutidos nos contratos principais por parte da adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em etapas, o valor contábil na data de aquisição da participação anteriormente detida pela adquirente na adquirida é remensurado na data da aquisição a valor justo por meio do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é registrado ao custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas no valor recuperável. Para o teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da São Martinho que devem ser beneficiadas pela combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

2.7 Arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

IFRS 16 (CPC 06) - Arrendamento

Estabelece que os arrendamentos sejam reconhecidos no balanço patrimonial do arrendatário, sendo registrado um passivo para pagamentos futuros e um ativo intangível para o direito de uso. A definição de arrendamento abrange todos os contratos que dão direito ao uso e controle de um ativo identificável, incluindo contratos de locação e, potencialmente, alguns componentes de contratos de prestação de serviços. A norma é aplicável para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia obtém compromissos relevantes, conforme Nota 11 a) e está avaliando o impacto nas demonstrações financeiras.

Interpretação IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda

A Interpretação (até o momento sem correspondência equivalente emitida pelo CPC) trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32). A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigorará para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia está avaliando o impacto nas suas demonstrações financeiras.

4. Principais usos de estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas e julgamentos que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contemplados a seguir:

a) Perda (impairment)

Anualmente, a São Martinho testa eventuais perdas (impairment) nos ágios. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Valor justo dos ativos biológicos

Representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados.

c) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A São Martinho reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no exercício em que o valor definitivo for determinado.

d) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A São Martinho utiliza seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Adicionalmente, determinados instrumentos financeiros ativos e passivos são descontados a valor presente. A administração estima as taxas de desconto mais apropriadas em cada circunstância e período.

e) Provisão para contingências

A São Martinho é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

f) Combinação de negócios e aquisição de participação societária

A administração contrata peritos independentes para mensuração do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos e dos passivos contingentes assumidos e para determinação do purchase pricing alocation (PPA).

As premissas para a determinação do PPA se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data de aquisição. Nos exercícios



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

findos em 31 de março de 2019 e 2018, não ocorreram Combinações de Negócios.

g) Benefícios fiscais de ICMS

Conforme descrito na Nota 17 (d), a Companhia possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo governo de Goiás. Em 07 de agosto de 2017 foi publicada a Lei Complementar nº 160/2017, regulamentando benefícios fiscais concedidos sem observar os requisitos da alínea "g" do inciso XII do § 20 do art. 155 da Constituição Federal.

Os Estados e o Distrito Federal deverão regularizar/ratificar os seus benefícios nesse contexto, efetuando o registro e o depósito na Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, da documentação comprobatória correspondente aos atos concessivos dos benefícios fiscais por eles concedidos.

A Administração da Companhia vem acompanhando, juntamente com seus assessores legais, a evolução do cumprimento das obrigações por parte do Estado de Goiás, através da Secretaria da Fazenda de Goiás.

5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor.

			Controladora			Consolidado
	Rendimento Anual	2019	2018	Rendimento Anual	2019	2018
Caixa e bancos - no Brasil		156	7.217		593	8.461
Caixa e bancos - no exterior (dólar norte-americano)	2,3% a.a.	197.014	132.405	2,3% a.a.	197.014	132.404
Total de caixa e equivalentes de caixa		197.170	139.622		197.607	140.865
Aplicações financeiras . Fundo de investimento	101,28% CDI	1.790.855	953.900	101,28% CDI	1.838.261	1.320.851
. Fundos - LFT (i)	100% SELIC	25.917	4.159	100% SELIC	25.917	24.371
. CDB . Outros (i)	98,11% CDI 100% CDI	23.764	19.873 559	98,11% CDI 100% CDI	23.765 3.663	19.873 6.425
Total de aplicações financeiras	_	1.840.536	978.491		1.891.606	1.371.520
No ativo não circulante		49.681	24.591	_	53.345	50.669
Total de recursos disponíveis	<u></u>	1.988.025	1.093.522		2.035.868	1.461.716

(i) Recursos dados em garantia para operações de financiamento junto ao BNDES e corretoras com restrição de resgate até o vencimento dos contratos



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

O saldo de contas a receber de clientes está composto da seguinte forma:

		Controladora		Consolidado
	2019	2018	2019	2018
Clientes mercado interno Clientes mercado externo	118.229 26.905	66.583 230	158.995 26.905	202.532 230
	145.134	66.813	185.900	202.762
Ativo circulante	145.134	66.813	163.412	177.893
Ativo não circulante			22.488	24.869

Conforme citado na nota 2.5, o montante a receber de clientes está líquido de provisão para perdas (*impairment*) no valor de R\$ 608, oriundos da adoção ao IFRS 9. Referida provisão é advinda do segmento imobiliário.

O "aging list" das contas a receber está assim apresentado:

		Controladora		Consolidado
	2019	2018	2019	2018
A vencer:	144.282	66.813	184.857	201.441
Vencidas e não provisionad	las:			
até 30 dias	12	-	82	276
acima de 31 dias	840		961	1.045
	145.134	66.813	185.900	202.762

Do saldo a receber, R\$ 5.130 e R\$ 109 na Controladora e Consolidado, respectivamente (R\$ 7.594 e R\$ 297, Controladora e Consolidado em 31 de março de 2018, respectivamente) refere-se a partes relacionadas, conforme detalhado na nota 9.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7. Estoques e adiantamento a fornecedores

		Controladora		Consolidado
	2019	2018	2019	2018
Circulante				
Produtos acabados e em elaboração	47.825	117.654	47.825	136.531
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar	52.413	60.895	52.413	71.163
Adiantamentos - compras de insumos	55.746	42.030	55.746	62.176
Loteamentos - terras	-	-	8.152	5.820
Insumos, materiais auxiliares para manutenção e outros	68.186	39.630	68.186	58.964
	224.170	260.209	232.322	334.654
Não Circulante				
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar	131.881	88.430	131.881	111.135
	131.881	88.430	131.881	111.135
	356.051	348.639	364.203	445.789

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos valores de realização. Os estoques de terrenos (Loteamentos) são apresentados pelo custo de aquisição acrescido de mais-valia do custo atribuído (deemed cost).

O saldo classificado como "Loteamentos - terras" refere-se aos empreendimentos imobiliários.

A Companhia firmou contratos para aquisição de cana-de-açúcar produzida em propriedades rurais de terceiros (inclusive sob regime de parceria agrícola), cuja parte da entrega ocorrerá somente em exercícios futuros.

8. Tributos a recuperar

A composição dos saldos de tributos a recuperar é a sequinte:

7 Composição dos se		Controladora		Consolidado
	2019	2018	2019	2018
Circulante				
PIS / COFINS	12.139	12.423	12.164	13.793
ICMS	6.129	10.383	7.071	21.184
Outros	882	996	889	1.116
	19.150	23.802	20.124	36.093
Não Circulante				
PIS / COFINS	46.419	26.421	46.419	34.807
Reintegra	4.495	62.100	4.495	62.100
IOF sobre derivativos	8.388	8.054	8.388	8.054
ICMS	13.616	9.010	13.616	11.143
INSS	6.369	6.092	6.369	6.096
Outros	503	-	503	-
	79.790	111.677	79.790	122.200
	98.940	135.479	99.914	158.293

Os saldos de tributos a recuperar advêm das transações mercantis e de antecipações, ajustados a valor presente quando aplicável.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A expectativa de realização dos créditos tributários de longo prazo é a seguinte:

2019
36.207
8.365
7.439
7.065
4.209
16.505
79.790

9. Partes relacionadas

a) Saldos da Controladora e do Consolidado:

	Co	ontroladora	C	onsolidado
	2019	2018	2019	2018
Ativo circulante				
Contas a receber (i)				
São Martinho Terras Imobiliárias S.A.	329	155	-	-
Cia Bioenergética Santa Cruz 1	7	5	-	-
São Martinho Energia S.A.	4.661	803	-	-
São Martinho Terras Agrícolas S.A.	14	32	-	-
Usina Boa Vista S/A	-	6.296	-	-
Usina Santa Luiza S/A	-	63	-	63
Outros	119	240	109	234
	5.130	7.594	109	297
Estoques - compra de cana-de-açúcar				
De acionistas/partes relacionadas	6.545	7.672	6.616	7.672
Dividendos a receber				
São Martinho Terras Imobiliárias S.A.		3.211		
	-	3.211	-	-
Ativo não circulante				
Adiantamento para futuro aumento de capital				
São Martinho Inova S.A.	9	693	-	-
Usina Santa Luiza S/A		5.834	-	5.834
	9	6.527	-	5.834
Passivo circulante				
Fornecedores				
Luiz Ometto Participações S.A. (ii)	3.313	-	3.313	-
São Martinho Terras Imobiliárias S.A.	47	402	-	-
Cia Bioenergética Santa Cruz 1	634	135	-	-
São Martinho Energia S.A.	-	254	-	-
São Martinho Terras Agrícolas S.A.	4.544	4.535	-	-
Outros	167	172	167	172
A	8.705	5.498	3.480	172
Arrendamento de terras	00.4	0.450	004	0.507
De acionistas/partes relacionadas	824	2.458	824	2.586
Passivo circulante e passivo não circulante				
Aquisição de participação societária				
Luiz Ometto Participações S.A. (nota 31)	38.605	50.256	38.605	50.256



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Referem-se substancialmente ao rateio das despesas com o Centro de Serviços Compartilhados.
- (ii) Refere-se ao repasse do processo indenizatório conf. detalhado na Nota 16 (b).

Transações significantes da Controladora e do Consolidado no exercício:

	C	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018	
Receita de vendas					
Cia Bioenergética Santa Cruz 1	5.868	6.502	-	-	
São Martinho Energia S.A.	6.924	7.512			
	12.792	14.014	-	-	
Despesas reembolsadas/(Compras de produto	os e serviços)				
São Martinho Terras Imobiliárias S.A.	(1.921)	(7.017)	-	-	
São Martinho Terras Agrícolas S.A.	(48.088)	(46.918)	-	-	
Cia Bioenergética Santa Cruz 1	(2.213)	(2.392)	-	-	
São Martinho Energia S.A.	284	305	-	-	
Agro Pecuária Boa Vista S/A	132	186	132	186	
Usina Boa Vista S/A		23.839	_	-	
	(51.806)	(31.997)	132	186	
Acionistas e partes relacionadas					
Compras de cana-de-açúcar / parceria agríc	ola e arrendam	ento de terras			
Agro Pecuária Boa Vista S/A	(31.059)	(30.348)	(31.059)	(30.348)	
Outros	(13.558)	(12.938)	(13.558)	(13.205)	
	(44.617)	(43.286)	(44.617)	(43.553)	

As receitas de vendas referem-se à venda de vapor. Compras de produtos e serviços são provenientes de compra de cana-de-açúcar, energia elétrica e serviço de industrialização de vapor. As despesas reembolsadas por investidas referem-se a gastos incorridos com o Centro de Serviços Compartilhados, com o Conselho de Administração e o escritório corporativo. Os rateios estão suportados por contratos celebrados entre as partes.

c) Remuneração do pessoal-chave da administração:

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

		Controladora		Consolidado
	2019	2018	2019	2018
Salários, honorários e bônus	42.180	22.625	44.079	25.211
Contribuições previdenciárias e sociais	5.601	4.481	5.915	4.998
Outros	1.783	1.541	1.982	1.784
	49.564	28.647	51.976	31.993

A variação na linha de Salários, Honorários e Bônus entre os períodos apresentados, refere-se ao exercício de opções virtuais aprovadas pela Assembleia em exercícios anteriores, e exercidas durante o período atual.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Plano de outorga de opção de compra de ações (opções virtuais)

Durante o exercício findo em 31 de março de 2019, foi definida a mudança dos saldos dos planos vigentes de Outorga de Opções de Compra de Ações, que fora aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de maio de 2018. Referido plano regerá pela regra de liquidação em caixa da diferença positiva entre o valor de mercado no dia anterior ao exercício versus o preço fixado em cada programa. Os demais termos determinados nos novos planos serão os mesmos já estabelecidos nos contratos anteriormente acordados. Sendo assim, a comparabilidade do resultado do período corrente com o mesmo período anterior, fica significativamente afetada.

Conforme orientado pelo IFRS 2 (CPC 10), em função da mudança da forma de liquidação dos planos, anteriormente liquidada com instrumentos patrimoniais passou a ser liquidado em dinheiro, o saldo provisionado em 31 de março de 2018 referente à Opções Virtuais foi transferido para rubrica de "Salários e Encargos a pagar", no passivo circulante.

O valor contábil do passivo nas demonstrações financeiras atuais referente ao novo cálculo do valor justo do Plano de Opções Virtuais é de R\$ 3.501.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de dezembro de 2018, aprovou-se o 10° Plano de Opções de Compra de Ações. O regulamento do novo plano regerá todas as características dos demais já existentes na Companhia.

Os saldos dos planos de opções virtuais emitidos e sua movimentação durante as demonstrações financeiras atuais estão demonstrados a seguir:

Plano	6° Plano	7° Plano	8° Plano	9° Plano	10° Plano	Total
Data de emissão do plano	15/12/2014	14/12/2015	12/12/2016	02/05/2018	10/12/2018	
Data limite para exercício (i)	2021	2022	2023	2024	2025	
Opções virtuais outorgadas	835.725	696.465	727.273	882.074	1.133.513	4.275.050
Opções virtuais exercidas (ii)	(616.923)	(241.071)	(57.447)			(915.441)
Opções virtuais de ações em circulação	218.802	455.394	669.826	882.074	1.133.513	3.359.609
Preço do exercício	12,04	15,87	17,70	17,76	19,07	

(i) As opções virtuais para cada um dos planos poderão ser exercidas após os seus respectivos períodos de carência que, regra geral, observam a seguinte sistemática: 1/3 após 2º ano da outorga, 1/3 após o 3º ano da outorga e 1/3 após o 4º ano da outorga, todas com prazo limite conforme estabelecido em cada plano.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Investimentos

10.1 Sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas

O saldo de investimentos da Controladora e Consolidado em outras sociedades é composto como segue:

	_			Controlado			
	% de participação	Patrimônio líqu	ido ajustado da investida		r contábil do investimento	Re: equivalência	sultado com patrimonial
Empresa	(atual)	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Classificados no Investimento							
São Martinho Terras Imobiliárias S.A.	100,00%	147.924	148.494	147.925	148.494	5.497	12.844
São Martinho Energia S.A.	100,00%	25.387	26.214	25.387	26.214	29.173	25.999
São Martinho Inova S.A.	100,00%	25.911	24.360	25.911	24.360	857	1.790
São Martinho Terras Agrícolas S.A.	100,00%	1.044.247	1.042.766	1.044.247	1.042.766	45.838	42.326
São Martinho Logística e Participações S.A.	100,00%	2.828	2.952	2.828	2.952	(124)	(126)
Usina Boa Vista S.A. (Nota 10.2)	100,00%	-	1.353.646	-	1.353.646	-	206.369
Companhia Bioenergética Santa Cruz 1	100,00%	97.133	104.227	97.133	104.227	43.339	49.637
Pulisic Participações Ltda (Nota 10.3)		-	-	-	-	(2.252)	-
Outros				1.859	1.859		-
Total classificados no Investimento		1.343.430	2.702.659	1.345.290	2.704.518	122.328	338.839
Classificados no passivo não circulante							
Usina Santa Luiza S.A. (i) (Nota 10.4)		-	(21.812)	-	(14.542)	(921)	(4.365)
Total classificados no passivo não circulante			(21.812)	-	(14.542)	(921)	(4.365)
Saldo final		1.343.430	2.680.847	1.345.290	2.689.976	121.407	334.474

Não existem participações recíprocas entre a controladora e as investidas.

							Consolidado
	% de Patrimônio lí participação ajustado da inv		ônio líquido da investida				
Empresa	(atual)	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Classificados no Investimento							
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A. (i)	5,41%	579.620	566.850	31.678	30.693	681	1.371
Outros		-		1.859	1.859	_	
Total classificados no Investimento		579.620	566.850	33.537	32.552	681	1.371
Classificados no passivo não circulante							
Usina Santa Luiza S.A. (i) (Nota 10.4)		-	(21.812)	-	(14.542)	(921)	(4.365)
Total classificados no passivo não circulante			(21.812)	-	(14.542)	(921)	(4.365)
Saldo final		579.620	545.038	33.537	18.010	(240)	(2.994)

(i) Investidas não consolidadas, sendo avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras.

10.2 Incorporação da Usina Boa Vista S.A.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 2 de abril de 2018, foi aprovada a incorporação da Usina Boa Vista S.A. pela Companhia, conforme fato relevante publicado em 28 de fevereiro de 2018 e aprovado pelo Conselho de Administração na mesma data.

A Incorporação justifica-se na medida em que a combinação dos ativos da UBV com os ativos da Companhia, sob uma única pessoa jurídica permitirá a estruturação e utilização mais eficiente dos ativos e das operações agroindustriais das empresas envolvidas de forma a concentrar na Companhia todas as atividades desenvolvidas pela UBV. Esse procedimento propiciará a unificação da administração e das atividades das duas sociedades, gerando maior eficiência, sinergia e racionalização dos custos administrativo-financeiros.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10.3 Incorporação da Pulisic Participações Ltda

Em 11 de outubro de 2018, a Companhia realizou a aquisição parcial de ativos da Usina Açucareira Furlan S.A. através da Pulisic Participações Ltda. ("Pulisic") pelo montante de R\$ 15.984.

A partir da data de aquisição, a Companhia passou a deter 100% das ações da Pulisic e a consolidar integralmente seus resultados em suas demonstrações financeiras consolidadas.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de fevereiro de 2019, foi aprovada a incorporação da Pulisic pela Companhia.

Sua incorporação permite a utilização mais eficiente dos ativos, gerando, sinergia e racionalização dos custos administrativo-financeiros.

10.4 Incorporação da Usina Santa Luiza S.A.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1 de fevereiro de 2019, foi aprovada a cisão total e incorporação das parcelas cindidas da Usina Santa Luiza S.A., com sua consequente extinção.

A operação se justifica uma vez que a USL não é uma empresa operacional, sua cisão total e subsequente incorporação das parcelas cindidas pela Companhia, visa segregar de forma eficiente seu acervo patrimonial liquido em cada uma de suas acionistas, reduzindo custos administrativos.

A cisão não resultou em alteração no capital social da Companhia, onde o acervo patrimonial cindido foi integralmente incorporado na seguinte forma desproporcional: (i) 66,67% da parcela dos ativos e passivos da Copersucar e dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital e, (ii) 100% dos demais ativos e passivos conhecidos na USL. Adicionalmente, a Companhia ficou com a obrigação contratual de realizar o repasse financeiro à Cosan S.A., referente a parcela de 33,33% do ativo imobilizado no momento em que realizar a alienação do mesmo, ou no prazo máximo de 3 anos a contar a partir da data da incorporação.

11. Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora), que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita. Esses ativos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de vendas.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A mensuração a valor justo do ativo biológico está classificada como nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

O valor justo dos ativos biológicos foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente:

- a) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável), e do (ii) preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar e do etanol; e
- b) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a colheita/Corte, Carregamento e Transporte CCT; (iii) custo de capital (terras e máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola; e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

As principais premissas foram utilizadas na determinação do referido valor justo:

		Controladora	Consolidado			
	2019	2018	2019	2018		
Área total estimada de colheita (ha)	237.080	172.762	237.080	227.343		
Produtividade prevista (ton/ha)	85,74	88,74	85,74	88,23		
Quantidade de ATR por ton. de cana-de-açúcar (kg)	133,50	132,56	133,50	133,42		
Preço médio projetado de ATR (R\$)	0,6171	0,5759	0,6171	0,5757		

Nas demonstrações financeiras atuais, a taxa de desconto utilizada para cálculo do valor justo dos ativos biológicos é de 7,88% a.a. (7,48% a.a. em 31 de março de 2018).

Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina os fluxos de caixa descontados a serem gerados e traz os correspondentes valores a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível para remuneração do investimento nas circunstâncias. As variações no valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a sub-conta "Variação no valor justo dos ativos biológicos", na rubrica "Custo dos produtos vendidos" no resultado do exercício.

A movimentação do valor justo dos ativos biológicos durante o exercício é a seguinte:



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018	
Custo histórico	518.751	467.314	686.592	628.164	
Valor justo	(99.018)	(29.658)	(104.866)	(41.802)	
Ativos biológicos em 31 de março	419.733	437.656	581.726	586.362	
Movimentação:				·	
Aumentos decorrentes de tratos	454.341	325.273	456.677	427.540	
Transferência do imobilizado	167.925	127.822	184.379	171.298	
Variação no valor justo	5.076	(69.360)	7.720	(74.927)	
Realização da menos valia - combinação de negócios	-	-	-	11.863	
Incorporação Pulisic	8.688	-	-	-	
Incorporação Usina Boa Vista	172.170	-	-	-	
Reduções decorrentes da colheita	(570.876)	(401.659)	(573.445)	(540.411)	
Saldo final de ativos biológicos:	657.057	419.732	657.057	581.725	
Composto por:					
Custo histórico	742.524	518.750	742.524	686.591	
Valor justo	(85.467)	(99.018)	(85.467)	(104.866)	
Saldo final de ativos biológicos:	657.057	419.732	657.057	581.725	

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes de mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outras forças naturais. Por consequência dessas exposições, o resultado das safras futuras podem ser afetados, aumentados ou reduzidos.

a) Compromissos com parceria agrícola e arrendamentos

A Companhia firmou contratos de parceria agrícola, renováveis ao seu término e com vigência entre seis e doze anos, para aquisição de cana-deaçúcar produzida em propriedades rurais de terceiros. Adicionalmente, a Companhia possui contratos de arrendamento para produção de cana-deaçúcar.

Os valores a serem desembolsados em função destes contratos são determinados a cada encerramento de safra pelo preço da tonelada de cana-de-açúcar estabelecido pelo CONSECANA e/ou conforme contrato celebrado entre as partes. Nas demonstrações financeiras atuais, os pagamentos totais estimados são:



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2019		2018
	Controladora e Consolidado	Controladora	Consolidado
Parceria agrícola:			
Menos de um ano	255.265	250.931	316.488
Mais de um ano e menos de cinco anos	873.691	713.263	933.683
Mais de cinco anos	902.374	499.431	794.881
(-) Ajuste a valor presente	(621.643)	(423.772)	(627.247)
	1.409.687	1.039.853	1.417.805
Arrendamentos:			
Menos de um ano	54.750	51.647	52.550
Mais de um ano e menos de cinco anos	205.028	193.973	197.586
Mais de cinco anos	432.722	423.542	428.394
(-) Ajuste a valor presente	(274.046)	(284.875)	(288.064)
	418.454	384.287	390.466

12. Imobilizado

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear, onde para os equipamentos de produção é utilizado o método de depreciação acelerada, respeitando o período de moagem.

Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados, e itens que se desgastam durante a safra são ativados por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Os itens substituídos são baixados.

Lavouras de cana-de-açúcar correspondem às plantas portadoras (bearer plants) que são exclusivamente utilizadas para cultivar a cana-de-açúcar. A cana-de-açúcar é classificada como cultura permanente, cujo ciclo produtivo economicamente viável tem, em média, oito anos após o seu primeiro corte.

Os custos dos encargos sobre empréstimos e financiamentos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para uso pretendido.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora	Terras	Edifícios e depen- dências	Equipamentos e instalações Industriais	Manutenção entressafra	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Outras imobili- zações	Obras em andamento	Lavoura de cana-de- açúcar	Total
Saldos em 31 de março de 2017	156.520	245.656	799.206	170.488	165.210	230.906	16.552	34.100	715.925	2.534.563
Aquisição	-	54	2.909	220.351	13.019	34.944	966	73.597	208.960	554.800
Transferência ativo biológico	-	-	-	-	-	-	-	-	(127.822)	(127.822)
Custo da alienação	(712)	-	(151)	-	(759)	(2.082)	(82)	-	-	(3.786)
Transferências entre grupos	-	4.790	46.573	-	1.822	(7.599)	8.150	(62.346)	8.610	-
Depreciação	-	(7.746)	(57.420)	(172.795)	(13.335)	(24.148)	(3.197)	-	=	(278.641)
Saldos em 31 de março de 2018	155.808	242.754	791.117	218.044	165.957	232.021	22.389	45.351	805.673	2.679.114
Custo total	155.808	287.935	1.174.304	390.839	243.282	402.273	66.177	45.351	805.673	3.571.642
Depreciação acumulada	-	(45.181)	(383.187)	(172.795)	(77.325)	(170.252)	(43.788)	-	-	(892.528)
Valor residual	155.808	242.754	791.117	218.044	165.957	232.021	22.389	45.351	805.673	2.679.114
Aquisição	4.297	1.044	10.062	303.863	24.031	16.710	1.051	137.410	303.215	801.683
Transferência ativo biológico	-	-	-	-	-	-	-	-	(167.925)	(167.925)
Custo da alienação	(64)	(2.097)	(1.297)	-	(2.634)	(3.384)	(194)	-	(290)	(9.960)
Incorporação Usina Boa Vista	49.198	161.880	413.287	60.568	61.980	80.845	38.537	4.044	222.663	1.093.002
Incorporação Usina Santa Luiza	57	1.021	92	-	-	1	-	-	-	1.171
Incorporação Pulisic	-	-	-	-	-	-	-	-	10.742	10.742
Transferências entre grupos	-	8.591	44.304	4.098	886	(10.419)	2.031	(66.041)	16.550	-
Depreciação	<u> </u>	(11.361)	(77.705)	(280.151)	(20.654)	(28.298)	(10.354)	<u> </u>	-	(428.523)
Saldos em 31 de março de 2019	209.296	401.832	1.179.860	306.422	229.566	287.476	53.460	120.764	1.190.628	3.979.304
Custo total	209.296	490.357	1.775.974	306.422	363.639	565.861	170.003	120.764	1.190.628	5.192.944
Depreciação acumulada	-	(88.525)	(596.114)		(134.073)	(278.385)	(116.543)	-	-	(1.213.640)
Valor residual	209.296	401.832	1.179.860	306.422	229.566	287.476	53.460	120.764	1.190.628	3.979.304
Valores Residuais :						_				_
Custo histórico	51.063	331.111	950.819	306.422	201.351	234.520	53.460	120.764	1.190.628	3.440.138
Mais-valia	158.233	70.721	229.041	-	28.215	52.956	-	-	-	539.166
Taxas médias anuais de depreciação	-	3%	5%	100%	7%	9%	14%	-	14%	-



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado	Terras	e depen-	Equipamentos e instalações Industriais	Manutenção	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Benfeitorias e outras imobili- zações	Obras em	Lavoura de cana-de- açúcar	Total
Saldos em 31 de março de 2017	1.808.281	397.378	1.289.764	226.638	226.889	311.971	61.654	45.805	920.170	5.288.550
Aquisição	2.381	280	4.099	281.996	18.705	50.996	1.530	90.804	278.593	729.384
Custo da alienação	(2.884)	-	(176)	-	(845)	(5.366)	(90)	-	-	(9.361)
Transferência ativo biológico	-	-	-	-	-	-	-	-	(171.298)	(171.298)
Transferências entre grupos	-	22.414	51.108	-	2.265	(9.904)	8.363	(85.293)	11.047	-
Transferência para intangível	-	-	-	-	-	-	-	(1.923)	-	(1.923)
Depreciação		(11.546)	(79.801)	(229.660)	(19.079)	(34.830)	(10.524)		-	(385.440)
Saldos em 31 de março de 2018	1.807.778	408.526	1.264.994	278.974	227.935	312.867	60.933	49.393	1.038.512	5.449.912
Custo total	1.807.778	487.450	1.805.071	508.634	342.980	552.539	167.013	49.393	1.038.512	6.759.370
Depreciação acumulada	-	(78.924)	(540.077)	(229.660)	(115.045)	(239.672)	(106.080)	-	-	(1.309.458)
Valor residual	1.807.778	408.526	1.264.994	278.974	227.935	312.867	60.933	49.393	1.038.512	5.449.912
Aquisição	8.388	1.044	10.062	304.430	24.031	16.710	1.051	137.410	304.250	807.376
Custo da alienação	(1.342)	(2.097)	(1.297)	-	(2.634)	(3.384)	(193)	-	(290)	(11.237)
Incorporação Pulisic	-	-	-	-	-	-	-	-	15.984	15.984
Incorporação Usina Santa Luiza	57	1.021	92	-	-	1	-	-	-	1.171
Tranferência Estoque para Vendas	(2.542)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.542)
Transferência ativo biológico	-	-	-	-	-	-	-	-	(184.379)	(184.379)
Transferências entre grupos	-	8.591	44.292	4.110	886	(10.419)	2.031	(66.041)	16.550	-
Depreciação		(11.542)	(80.263)	(280.512)	(20.654)	(28.298)	(10.356)			(431.625)
Saldos em 31 de março de 2019	1.812.339	405.543	1.237.880	307.002	229.564	287.477	53.466	120.762	1.190.627	5.644.660
Custo total	1.812.339	496.594	1.857.960	307.158	363.637	565.861	170.003	120.762	1.190.627	6.884.941
Depreciação acumulada	-	(91.051)	(620.080)	(156)	(134.073)	(278.384)	(116.537)	_	-	(1.240.281)
Valor residual	1.812.339	405.543	1.237.880	307.002	229.564	287.477	53.466	120.762	1.190.627	5.644.660
Valores Residuais :										
Custo histórico	158.749	333.816	993.876	307.002	201.350	234.520	53.466	120.762	1.190.627	3.594.168
Mais-valia	1.653.590	71.727	244.004	-	28.214	52.957	-	-	-	2.050.492
Taxas médias anuais de depreciação	-	3%	5%	100%	7%	9%	14%	-	14%	



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em função de alguns empréstimos e financiamentos da São Martinho, bens do ativo imobilizado no montante consolidado de R\$ 688.231 encontram-se gravados em garantia dos credores, sendo que R\$ 64.503 referem-se a imóveis rurais (2.097 hectares de terras).

A São Martinho capitalizou encargos financeiros no montante de R\$ 2.338 nas demonstrações financeiras atuais (31 de março de 2018 - R\$ 2.343).

13. Intangível

As relações contratuais têm vida útil definida e sua amortização é calculada com base na quantidade colhida de cana-de-açúcar durante o prazo do contrato com o parceiro ou fornecedor.

Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. O ágio é testado anualmente para verificar tais perdas (impairment).

		Controladora		Consolidado
	2019	2018	2019	2018
Ágio rentabilidade futura (i)	374.633	374.633	374.633	374.633
Software	37.359	27.025	37.359	29.725
Amortização acumulada	(26.398)	(21.174)	(26.398)	(23.748)
Direitos sobre contratos de cana-de-açúcar (ii)	28.943	8.780	28.943	8.780
Direitos sobre contratos de energia (iii)	-	-	103.401	103.401
Direitos sobre contratos de energia-amortização (iii)	-	-	(52.354)	(40.001)
Outros ativos	3.308	9.744	12.915	17.367
	417.845	399.008	478.499	470.157

- (i) Ágio relativo a combinação de negócios de anos anteriores de empresas incorporadas pela Companhia;
- (ii) Refere-se à aquisição de direito sobre contratos de parceria agrícola e fornecimento de cana-de-açúcar;
- (iii) Refere-se ao valor justo dos contratos de fornecimento de energia elétrica da Bio, vigentes até 2025 (combinação de negócios).

Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros

De acordo com as disposições do CPC 01 (IAS 36) – Redução ao Valor recuperável de ativos, ágio, ativo imobilizado e ativo intangível são submetidos a testes de perda no valor recuperável sempre que eventos ou alterações em circunstâncias indicarem que seu valor contábil poderá não ser recuperado.

Ágio e ativo intangível de vida útil indefinida são submetidos a testes de perda no valor recuperável pelo menos uma vez ao ano ou mais frequentemente, se houver indícios de perda de valor. Os testes anuais de perda no valor recuperável são realizados no final do mês de março. A fim



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de determinar se houve perda no valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), que correspondem aos menores grupos de ativos geradores de fluxos de caixa claramente independentes daqueles gerados por outras UGC.

Nas demonstrações financeiras atuais, a Companhia realizou a avaliação do valor recuperável dos ativos de longo prazo. A avaliação foi realizada com base em cálculos do valor em uso de cada unidade geradora de caixa. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor no qual a unidade geradora de caixa atua.

As principais premissas e estimativas envolvidas são a estimativa dos preços de venda de açúcar e etanol, custos relacionados a energia e outros dados macroeconômicos.

Principais premissas utilizadas pela Companhia:

		2019	20			
Unidades Geradoras de Caixa	Unidade produtiva São Martinho e Iracema	Unidade produtiva Santa Cruz		Unidade produtiva Santa Cruz		
Taxa de crescimento médio da Receita						
Operacional Líquida	9,8%	8,9%	3,3%	3,3%		
Taxa de crescimento nominal para perpetuidade	5,0%	5,0%	4,5%	4,5%		
Taxa de desconto	8,6%	8,6%	8,5%	8,5%		

14. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são nos respectivos vencimentos, demonstrados pelo valor amortizado.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Encargos	anuais vigentes		Controladora		Consolidado
Modalidade	Таха	Indexador	2019	2018	2019	2018
Em moeda nacional						
Nota de Crédito a exportação	105,11%	CDI	264.793	397.336	264.793	397.336
Linhas do BNDES	2,46%	+TJLP	207.172	99.706	207.172	154.399
Linhas do BNDES	5,75%	+IPCA	1.697	-	1.697	-
Linhas do BNDES	3,84%	=	233.738	249.405	233.738	366.064
Linhas do BNDES	3,97%	+SELIC	242	71	242	258
Crédito rural (ii)	6,63%	=	369.542	339.314	369.542	444.573
FINEP	4,00%	-	104.697	83.508	104.697	83.508
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) (a)	98,15%	CDI	1.363.353	947.472	1.363.353	947.472
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) (a)	4,88%	+IPCA	431.343	413.077	431.343	413.077
Outros créditos securitizados	4,53%	+IGP-M/PRE	16.496	29.274	16.496	29.274
Total em moeda nacional	97,63%	CDI	2.993.073	2.559.163	2.993.073	2.835.961
Em moeda estrangeira						
Pré Pagamento de Exportação (PPE)	4,15%	Var. cambial	787.160	-	787.160	-
Pré Pagamento de Exportação (PPE)	1,35%	Libor 6M	297.087	734.471	297.087	734.471
International Finance Corporation (IFC)	1,70%	Libor 6M	356.738	303.797	356.738	303.797
FINEM	2,93%	Cesta Moedas	18.542	15.036	18.542	42.567
Nota de Crédito a Exportação (NCE)		_	-	8.101	-	8.101
Total em moeda estrangeira	4,37%	=	1.459.527	1.061.405	1.459.527	1.088.936
TOTAL (i)		-	4.452.600	3.620.568	4.452.600	3.924.897
Circulante			754.999	574.569	754.999	686.630
Não Circulante			3.697.601	3.045.999	3.697.601	3.238.267

- (i) Os custos totais das dívidas em moeda nacional e estrangeira foram calculados com base na duração das carteiras e curvas DI e Libor nas demonstrações financeiras atuais.
- (ii) 71% do montante de crédito rural está indexado a 95,70% DI via contrato de SWAP.

a) Certificados Recebíveis do Agronegócio (CRA)

Durante o exercício, a Companhia iniciou uma nova captação de recursos via mercado de capitais, através de emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRA com distribuição via oferta continuada, no valor de R\$ 842.000 finalizada em maio de 2019. Esta captação terá pagamentos anuais de juros, equivalentes a 98,5% da variação acumulada da taxa CDI e amortização do principal em duas parcelas iguais em Abril de 2025 e Abril de 2026.

As subscrições iniciaram-se em 25 de março de 2019, atingindo o montante de R\$ 418.293 em 31 de março de 2019, e se encerram em 135 dias corridos.

Na tabela a seguir, é demonstrada a movimentação dos empréstimos e financiamentos no exercício:



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora		Consolidado
Movimentação da dívida	2019	2018	2019	2018
Saldo anterior	3.620.568	3.174.394	3.924.897	3.719.060
Captação de financiamentos	1.876.608	1.622.533	1.876.608	1.746.615
Amortização de principal	(1.541.883)	(1.240.882)	(1.555.007)	(1.595.432)
Amortização de juros	(228.676)	(231.428)	(229.410)	(277.361)
Atualização monetária	310.171	236.801	310.900	270.543
Variação cambial	124.612	59.150	124.612	61.472
Incorporação Usina Boa Vista	291.200	-		-
	4.452.600	3.620.568	4.452.600	3.924.897

Os saldos de empréstimos e financiamentos no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:

Controladora e Consolidado	Vencimento
De 1°/04/2020 a 31/03/2021	501.761
De 1°/04/2021 a 31/03/2022	700.340
De 1°/04/2022 a 31/03/2023	640.254
De 1°/04/2023 a 31/03/2024	536.452
De 1°/04/2024 a 31/03/2025	529.397
De 1°/04/2025 a 31/03/2026	501.441
De 1°/04/2026 a 31/03/2027	230.520
Após 2027	57.436
	3.697.601

Nas demonstrações financeiras atuais, R\$ 702.907 da dívida da São Martinho está onerada, sendo 69% equipamentos, edificações e edifícios, 16% recebíveis de comercialização de energia elétrica, 8% aval corporativo e 7% terras.

Covenants

A Companhia possui cláusulas contratuais financeiras e/ou socioambientais restritivas no montante de R\$ 1.688.402, as quais são exigidas e apuradas anualmente, estando em conformidade nas demonstrações financeiras atuais.

15. Fornecedores

		Controladora		Consolidado
	2019	2018	2019	2018
Cana-de-açúcar	62.142	55.031	57.482	71.540
Materiais, serviços e outros	93.350	56.862	95.231	82.606
	155.492	111.893	152.713	154.146



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Do total a pagar para fornecedores, R\$ 9.529 na Controladora e R\$ 4.304 no Consolidado (em 31 de março de 2018 - R\$ 7.956 na Controladora e R\$ 2.586 no Consolidado) refere-se a partes relacionadas, conforme detalhado na nota 9.

16. Obrigações e Direitos com a Copersucar

No processo de desligamento da Copersucar, a Companhia celebrou um contrato prevendo direitos e obrigações que ainda perduram. As principais obrigações e direitos seguem reportados abaixo:

a) Obrigações:

A Copersucar disponibilizou recursos a seus cooperados durante o período de associação da Companhia, para financiamento de suas operações, mediante Letras de câmbio. Os recursos foram obtidos pela Cooperativa referente a sobras de caráter temporário e oriundas de liminares em processos judiciais pleiteando a suspensão da exigibilidade de tributos. Essas sobras de caixa são relacionadas a provisões para contingências registradas pela Cooperativa no passivo não circulante. Entretanto, na eventualidade de perda dos processos judiciais, a Companhia poderá ser requerida a devolver o valor em um prazo de até 120 dias. Os principais valores contidos nessas obrigações são oriundos de IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados contestados judicialmente pela Cooperativa e de passivos tributários contidos no REFIS Copersucar, conforme abaixo indicado.

Controladora e Consolidado	2019	2018
REFIS - Copersucar - Atualizado pela variação da SELIC	77.036	89.197
Letra de Câmbio - Atualizado pela variação da SELIC	69.805	62.004
Letra de Câmbio - Repasse de recursos sem incidência de encargos	52.356	48.547
Despesas com processos tributários	9.094	8.583
Outros	2.301	2.039
Total	210.592	210.370
Passivo circulante	9.094	8.583
Não circulante	201.498	201.787

A totalidade das obrigações da Companhia com a Copersucar está garantida por fianças bancárias. Adicionalmente, nos termos negociados no desligamento da Copersucar, a Companhia é responsável pelo pagamento de obrigações, proporcionalmente à sua participação em safras anteriores na Copersucar, que venham a resultar de autuações fiscais que poderão surgir e que se refiram a períodos em que a Companhia era cooperada.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2018, a Copersucar aderiu ao PERT (Programa Especial de Regularização Tributária), incluindo débitos que



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

estavam sendo discutidos judicialmente. O valor total que foi desembolsado pela São Martinho é de R\$ 30.777.

A Copersucar possui autuações com relação a ICMS incidente sobre as vendas de etanol carburante e industrial realizadas até 31 de dezembro de 2008, cuja parcela atribuída a Companhia seria de R\$ 264.020 (valores estimados e atualizados até 31 de março de 2018). A Copersucar acredita dispor de argumentos sólidos para sustentar o sucesso das defesas das multas que lhes foram impostas em tais autuações e seus consultores jurídicos avaliam referidas causas como de risco de perda possível.

b) Direitos:

A Copersucar também é parte ativa em processos judiciais para restituição/indébito de diversos tributos ou indenizações. A Companhia, na condição de ex-cooperada, tem direito ao repasse proporcional dos eventuais créditos e informará ao mercado quando líquidos e certos.

As Demonstrações Financeiras de 31 de março de 2019 da Copersucar informam que ela levantou e repassou às Cooperadas a 1ª parcela (R\$ 906 milhões) do precatório expedido em junho/17 – total de R\$ 5,6 bilhões (R\$ 730,5 milhões proporcionais à Companhia) - no processo que condenou a União a indenizar danos decorrentes da fixação de preços defasados em vendas de açúcar e etanol realizadas na década de 1980. No repasse, a Copersucar reteve parte dos recursos para discussão judicial de sua natureza indenizatória e incidência de PIS e COFINS, sob compromisso de repassá-los em caso de êxito.

Discute-se ainda nesse processo o pagamento de saldo complementar - R\$ 12,8 bilhões (R\$ 1,7 bilhões proporcionais à Companhia) - tendo a União Federal alegado excesso de R\$ 2,2 bilhões (R\$ 286,3 milhões proporcionais à Companhia). Nesse contexto, em junho/18 foi expedido um precatório complementar no valor de R\$ 10,6 bilhões (R\$ 1,4 bilhões proporcionais à Companhia).

No dia 29/04/2019 foram depositadas judicialmente pela União a 2ª parcela do 1º precatório e a 1ª parcela do precatório complementar. A liberação desses recursos aguarda os ritos processuais e o saldo dos precatórios já expedidos segue o rito dos precatórios judiciais.

A Companhia, alinhada à atuação da Copersucar, também propôs medida judicial para discussão do IRPJ/CSLL/PIS/COFINS com depósito judicial para suspender a exigibilidade desses tributos. Adicionalmente, repassou R\$ 3.313 para Luiz Ometto Participações S.A. ("LOP"), conforme previsto no Contrato de Compra e Venda das Ações da Santa Cruz S.A. Açúcar e Álcool ("USC"). Após o repasse e as retenções das despesas



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

processuais e dos tributos em discussão, o saldo de R\$ 106.499, foi registrado em "outras despesas (receitas), líquidas". O restante desse crédito continua classificado pela Administração da Companhia como provável, mas não sob seu controle, razão pela qual segue não registrado.

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Nas demonstrações financeiras atuais, o capital social é de R\$ 1.696.652 (R\$ 1.549.302 em 31 de março de 2018), e está dividido em 364.011.329 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 372.000.000 (trezentos e setenta e dois milhões) de ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem caberá fixar as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de julho de 2018, os acionistas aprovaram um aumento de capital no montante de R\$ 147.350, sem emissão de novas ações ordinárias, mediante utilização de reserva de orçamento de capital.

b) Ações em tesouraria

Por se tratar de instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos, são reconhecidos ao custo de aquisição e reconhecidos em conta redutora do Patrimônio Líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento de instrumentos patrimoniais próprios da Companhia.

Durante o exercício das demonstrações financeiras atuais, não houveram movimentações de ações em tesouraria, permanecendo o saldo de 13.208.663 ações.

c) Ajustes de avaliação patrimonial

(i) Deemed cost

Corresponde a mais valia de custo atribuído de terras, edificações e dependências, equipamentos e instalações industriais, veículos e máquinas e implementos agrícolas. Os valores estão registrados líquidos dos efeitos tributários, são realizados com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens e os



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

montantes apurados da realização são transferidos para a rubrica "Lucros acumulados".

(ii) Valor justo de hedge accounting

Corresponde aos resultados de operações com instrumentos financeiros derivativos não realizadas/liquidadas, classificadas como hedge accounting. O referido saldo é revertido do patrimônio líquido em etapas, na proporção em que ocorreram os vencimentos/embarques das operações correlatas.

d) Reserva de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

Reserva para orçamento de capital

A reserva para orçamento de capital está destinada aos investimentos na ampliação da capacidade produtiva e em diversos projetos de aperfeiçoamento de processos.

Reserva de lucros a realizar

Refere-se a resultados não realizados, sendo composta da venda da participação detida na Agro Pecuária Boa Vista S/A, venda de imóveis decorrentes de empreendimentos imobiliários e resultado de ganho por mudança de participação acionária.

Reserva de incentivos fiscais

A Companhia possui programa de incentivo fiscal estadual com vigência até 2033, junto ao Estado de Goiás na forma de diferimento do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, denominado "Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - Produzir", com redução parcial deste. A utilização do benefício está condicionada ao cumprimento de todas as obrigações fixadas no programa, cujas condições referem-se a fatores sob controle da Companhia.

O benefício relativo à redução no pagamento desse imposto é calculado sobre o saldo devedor apurado em cada período de apuração, mediante aplicação do percentual de desconto concedido pelo incentivo fiscal.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor da subvenção apurado no exercício foi registrado na demonstração do resultado na rubrica de "Deduções da receita bruta", reduzindo a conta "ICMS a recolher". Pela impossibilidade de destinação como dividendos, é constituída reserva para incentivos fiscais, em contrapartida à conta de Lucros acumulados, no montante apurado da subvenção.

O valor do incentivo que impactou o resultado nas demonstrações financeiras atuais foi de R\$ 117.269, na Controladora e Consolidado (R\$ 74.678 em 31 de março de 2018, no Consolidado).

e) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal.

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	314.045	491.706
Constituição de reserva legal - 5%	(15.702)	(24.585)
Base de cálculo para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	298.343	467.121
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% Realização de reserva de lucros a realizar	74.586 6.491	116.780 31.561
Total dividendos	81.077	148.341
Dividendo por ação Qtde de ações líquido de tesouraria - 31 de março	0,2311 350.803	0,4137 358.580

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de junho de 2019, foi proposta uma distribuição adicional de dividendos no montante de R\$ 28.923 (R\$ 0,0824 por ação) a ser ratificada em Assembleia Geral Ordinária.

f) Plano de outorga de opção de compra de ações

Durante as demonstrações financeiras atuais, conforme detalhado na Nota 9 (d), foi definida a mudança dos saldos dos planos vigentes de Outorga de Opções de Compra de Ações, que fora aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de maio de 2018. Referido saldo foi transferido para o passivo circulante.

g) Reserva de capital

Refere-se a avaliação a valor de mercado das ações da Companhia emitidas no momento da troca de ações com os acionistas não controladores.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18. Programa de participação nos lucros e resultados

A Companhia tem como política a administração do programa de participação nos resultados a seus empregados, vinculada a um plano de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas. O montante dessa participação no exercício atual e em 31 de março de 2018, registrado como custos ou despesas operacionais no resultado foi na Controladora de R\$ 54.614 e R\$ 51.639 (Consolidado – R\$ 54.647 e R\$ 65.424), respectivamente.

19. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base de cálculo negativa acumulada de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e bases negativas, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

a) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ativo circulante				
. Imposto de renda e contribuição social - antecipações	3.224	5.795	3.224	9.687
. Imposto de renda e contribuição social, a recuperar	76.535	-	76.535	-
	79.759	5.795	79.759	9.687
Ativo não circulante				
. Imposto de renda e contribuição social, a compensar		117.442	-	117.442
		.,		
No passivo circulante - Débitos correntes				
. Imposto de renda e contribuição social, a pagar			4.178	4.167



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

Controladora	2018	Reconhecido no resultado	Incorporação UBV e USL / Reversão prej. fiscal no PERT	Reconhecido em outros resultados abrangentes	2019
Prejuízos fiscais/Base negativa de CSLL	24.206	9.803	3.324	-	37.333
Instrumentos financeiros derivativos	27.727	7.675	-	45.271	80.673
Provisão para contingências	23.197	13.980	1.858	-	39.035
Ativos biológicos e Produto agrícola (valor justo)	35.159	3.656	(3.475)	=	35.340
Provisão para outras obrigações	7.175	807	19	-	8.001
Variação cambial	-	53.357	-	=	53.357
Outros Ativos	6.429	(2.392)	(33)	-	4.004
Total do IR e CS ativo	123.893	86.886	1.693	45.271	257.743
Mais-valia de ativo imobilizado (Deemed cost)	(162.391)	(19.765)	(1.383)	-	(183.539)
Depreciação acelerada incentivada	(180.591)	(89.466)	(49.514)	-	(319.571)
Benefício fiscal sobre ágio incorporado	(130.858)	(29.319)	-	-	(160.177)
Ganho por compra vantajosa / mais-valia PPA	(52.669)	26.398	-	-	(26.271)
Variação Cambial	(8.667)	(16.724)	-	-	(25.391)
Alienação de investimento com tributação diferida	(18.973)	2.711	-	-	(16.262)
Financiamentos securitizados	(13.587)	4.913	(87)	-	(8.761)
Ajuste a valor presente	(600)	387	-	-	(213)
Total do IR e CS passivo	(568.336)	(120.865)	(50.984)	_	(740.185)
Saldo do IR e CS Diferidos	(444.443)	(33.979)	(49.291)	45.271	(482.442)

Consolidado	2018	Reconhecido no resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	Incorporação USL / Reversão prej. fiscal no PERT	Ajuste consolidação Direitos sobre contratos energia	2019
Prejuízos fiscais/Base negativa de CSLL	24.205	9.803	-	3.324	_	37.332
Instrumentos financeiros derivativos	27.728	7.675	45.271	-	-	80.674
Provisão para contingências	25.056	13.980	=	=	-	39.036
Ativos biológicos e Produto agrícola (valor justo)	31.686	3.656	=	-	-	35.342
Participação de empregados no resultado e bônus	508	(508)	=	-	-	-
Provisão para outras obrigações	7.175	1.315	=	-	-	8.490
Variação Cambial	-	53.357	=	-	-	53.357
Outros Ativos	5.905	(2.547)	=	-	-	3.358
Total do IR e CS ativo	122.263	86.731	45.271	3.324	-	257.589
Mais-valia de ativo imobilizado (Deemed cost)	(646.075)	(19.261)	-	-	-	(665.336)
Depreciação acelerada incentivada	(230.105)	(89.466)	=	-	-	(319.571)
Benefício fiscal sobre ágio incorporado	(130.858)	(29.319)	-	-	-	(160.177)
Ganho por compra vantajosa / mais-valia PPA	(52.669)	26.398	=	-	-	(26.271)
Variação Cambial	(8.667)	(16.724)	=	-	-	(25.391)
Alienação de investimento com tributação diferida	(18.973)	2.711	=	-	-	(16.262)
Financiamentos securitizados	(13.587)	4.913	=	(87)	-	(8.761)
Ajuste a valor presente	(599)	387	-	-	-	(212)
Outros passivos	(151)	151	=	-	-	-
Ativo Intangivel	(23.012)	-	=	-	4.251	(18.761)
Ganho por mudança de participação relativa CTC	(4.964)	(104)	=	-	-	(5.068)
Total do IR e CS passivo	(1.129.660)	(120.314)	=	(87)	4.251	(1.245.810)
Saldo do IR e CS Diferidos	(1.007.397)	(33.583)	45.271	3.237	4.251	(988.221)
Outros tributos Diferidos	(526)	-	-	-	 -	(539)

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço, por cada entidade legal, por haver o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, e por ser relacionado a mesma autoridade fiscal.

A São Martinho reconhece os créditos fiscais diferidos ativos com base na projeção de lucro tributável para os exercícios subsequentes. Esta projeção é revisada anualmente e não ultrapassa dez anos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são realizados, substancialmente, em função da depreciação e baixa dos ativos imobilizados que os originaram. A realização deste passivo é estimada à



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

razão média de 15% ao ano, em função das taxas de depreciação dos ativos imobilizados respectivos, exceto pelos tributos diferidos passivos sobre mais-valia de terras, que serão realizados se alienados.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, apurada nos termos da instrução CVM 371/02, indica que as projeções de resultado tributável aprovadas pela administração, incluindo a expectativa de realização das diferenças temporárias, é conforme demonstrada a seguir:

Consolidado	Expectativa de realização
Na safra 19/20	35.732
Na safra 20/21	63.680
Na safra 21/22	42.176
Na safra 22/23	9.187
Na safra 23/24	36.553
A partir da safra 24/25	70.261
	257.589

c) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	Controladora			Consolidado	
	2019	2018	2019	2018	
Lucro antes dos impostos	372.479	561.307	379.234	622.546	
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(126.643)	(190.844)	(128.940)	(211.666)	
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		<u> </u>	·		
. Equivalência patrimonial	41.278	113.721	(82)	(1.018)	
. Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas	(1.050)	6.737	(1.050)	6.383	
. Subvenção estadual	33.241	-	33.241	25.391	
. Lançamentos extemporaneos de IRPJ e CSLL	(5.769)	-	(5.769)	-	
. Ajuste do cálculo de controlada tributada pelo lucro presumido	-	-	36.687	41.989	
. Incentivos fiscais	182	-	182	6.326	
. Outros	327	785	542	1.755	
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(58.434)	(69.601)	(65.189)	(130.840)	
Imposto de renda e contribuição social correntes	(24.455)	(41.292)	(31.606)	(71.218)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(33.979)	(28.309)	(33.583)	(59.622)	
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	15,7%	12,4%	17,2%	21,0%	

20. Compromissos

A São Martinho estabelece compromissos diversos no curso normal de suas atividades. Abaixo estão aqueles que merecem destaque na presente informação contábil:



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Matas ciliares e áreas destinadas à reserva legal

A São Martinho possui áreas não cultivadas, cobertas por vegetação nativa preservada, em processo de regeneração ou enriquecimento, correspondente a matas ciliares e reserva legal, destinadas a assegurar o equilíbrio ecológico do meio ambiente, contribuindo com a preservação da biodiversidade e a sustentabilidade das atividades agrícolas, observando estritamente as disposições do Código Florestal em relação à preservação das Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL).

A São Martinho já providenciou a inscrição de seus imóveis junto ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) e aderirá ao Programa de Regularização Ambiental (PRA). Eventuais investimentos para regularização ambiental, a forma que os mesmos serão realizados e o tempo requerido para sua execução não são mensuráveis nesse momento. Os investimentos em áreas de preservação e demais atividades para regularização ambiental, quando realizados, são registrados no ativo imobilizado.

Contrato de fornecimento de etanol

Mediante contrato de compra e venda, a Companhia assumiu o compromisso de fornecimento de etanol industrial para a Mitsubishi Corporation até a safra 2038/2039, em condições de mercado.

Fornecimento de Energia Elétrica

A Companhia, a Bio e a SME mantêm compromissos de comercialização de parte de sua produção por intermédio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) tanto no mercado regulado (leilões), quanto no mercado livre (contratos de venda com terceiros).

Compras de insumos

A Companhia mantém compromissos para aquisição de insumos com o objetivo de utilização na manutenção de sua lavoura ao longo da safra. Referida operação é realizada por meio de compra para entrega futura.

21. Provisão para contingências

As provisões são reconhecidas quando a São Martinho tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações financeiras.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21.1 Perdas prováveis

A São Martinho, com base na avaliação dos assessores jurídicos, mantém as seguintes provisões para os casos de perdas prováveis (valores atualizados monetariamente):

					Controladora
	Tributários	Cíveis e ambientais	Trabalhistas	TOTAL	Depósitos Judiciais
Saldo em 31 de março de 2018	12.665	5.698	51.733	70.096	24.150
Incorporação UBV	3.194	21.420	4.011	28.625	4.349
Incorporação USL	-	32	315	347	172
Adições (i)	59.390	863	19.522	79.775	6.213
Reversões	(807)	(1.268)	(6.303)	(8.378)	-
Utilizações	(5.825)	(1.124)	(14.451)	(21.400)	(9.562)
Atualizações	5.066	1.552	5.980	12.598	1.713
Saldo em 31 de março de 2019	73.683	27.173	60.807	161.663	27.035

					Consolidado
	Tributários	Cíveis e ambientais	Trabalhistas	TOTAL	Depósitos Judiciais
Saldo em 31 de março de 2018	15.868	27.511	55.743	99.122	28.673
Incorporação USL	-	32	315	347	172
Adições (i)	59.390	884	19.522	79.796	6.213
Reversões	(811)	(1.268)	(6.304)	(8.383)	-
Utilizações	(5.825)	(1.124)	(14.451)	(21.400)	(9.561)
Atualizações	5.062	1.605	5.981	12.648	1.713
Saldo em 31 de março de 2019	73.684	27.640	60.806	162.130	27.210

(i) Do montante adicionado sobre contingencias tributárias, R\$ 58.313 são incidentes sobre a verba indenizatória, conforme detalhado na Nota 16 (b).

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Na data das demonstrações financeiras atuais, a natureza das principais causas que tiveram seus valores incluídos nas provisões acima é a seguinte (controladora e consolidado):

Processos tributários:

Referem-se a: (a) tributos cuja cobrança está sendo questionada judicialmente pela São Martinho, para os quais foram efetuados depósitos judiciais dos valores discutidos; e (b) honorários de êxito a serem pagos aos advogados contratados para defesa da empresa em processos tributários.

Processos cíveis e ambientais:



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Referem-se a: (i) indenizações em geral; (ii) reparação de danos em áreas que sofreram queima de palha de cana-de-açúcar; (iii) execuções de natureza ambiental e (iv) honorários de êxito a serem pagos aos advogados contratados para defesa da empresa em processos cíveis e ambientais.

Processos trabalhistas:

As reclamações trabalhistas têm como principais pedidos: (i) diferenças de horas extras; (ii) horas "in itinere"; (iii) supressão do intervalo intrajornada; (iv) adicionais de periculosidade e insalubridade; (v) devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa; (vi) adicional noturno; e (vii) unicidade contratual com o consequente pagamento de 13º salário e férias acrescidas do terço constitucional.

21.2 Perdas possíveis

A São Martinho é parte em outros processos de natureza tributária, ambiental e cível que, com base na posição dos advogados, o risco de perda é classificado como possível. A natureza e o valor atribuído a essas causas são:

				Co	ntroladora			C	onsolidado
			2019		2018		2019		2018
		Nº de		Nº de		Nº de		Nº de	
Natureza		processos	Montante	processos	Montante	processos	Montante	processos	Montante
Ambientais		59	8.485	43	7.645	59	8.485	43	7.645
Cíveis									
Indenizatórias		40	25.811	15	4.211	40	25.811	15	4.211
Revisão de contratos		11	7.385	4	5.857	12	7.404	8	5.912
Outros processos		21	160	14	70	21	160	15	71
Trabalhistas		47	1.582	17	61	47	1.582	20	61
Tributários									
Contribuição previdenciária	(i)	16	215.618	15	199.114	16	215.618	15	199.114
Apuração de IRPJ/CSLL	(ii)	5	277.268	5	258.010	5	277.268	5	258.010
Compensação de Tributos Federais	(iii)	61	93.590	65	89.061	61	93.590	66	89.214
ICMS	(i∨)	13	27.834	9	12.832	13	27.834	10	24.352
Outros processos	(∨)	15	2.456	10	1.373	15	2.456	11	1.373
TOTAL		288	660.189	197	578.234	289	660.208	208	589.963

Processos tributários:

- (i) Os processos tratam da incidência de contribuição previdenciária (INSS) sobre as receitas de exportação, sob a alegação de que a exportação realizada por intermédio de cooperativa não está abrangida pela imunidade prevista no artigo 149, parágrafo 2°, da Constituição Federal.
- (ii) Os processos tratam da exclusão da base de cálculo do IRPJ e CSLL de despesas relacionadas com financiamento securitizados, bem como despesas decorrentes da depreciação acelerada incentivada, conforme previsto no art. 314 do RIR/99.
- (iii) Os processos tratam de pedidos de compensação de IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e outros tributos federais decorrentes de pagamento a maior e/ou saldo negativo e créditos proporcionais à receita de exportação



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- cuja compensação foi indeferida pela Receita Federal do Brasil e estão pendentes de julgamento das manifestações de inconformidade/recursos voluntários.
- (iv) Os processos tratam de suposto crédito indevido de ICMS, oriundos do Registro de Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente CIAP.
- (v) Os processos tratam da discussão envolvendo outros processos tributários como, por exemplo, autos de infração referente à multa pela não homologação de compensação, execuções fiscais de IPTU, contribuição para o SENAI, taxa do Departamento Nacional de Pesquisa Mineral – DNPM etc.

Os processos cíveis tratam de ações indenizatórias em geral decorrentes de (i) acidentes de trânsito e (ii) revisão de contratos.

Os processos ambientais tratam de autos de infração da CETESB e/ou polícia ambiental decorrente de queima de palha de cana-de-açúcar, bem como ações anulatórias para cancelar as multas aplicadas pelos órgãos mencionados anteriormente.

Os processos trabalhistas têm como principal motivo os Autos de Infração lavrados pelo Ministério do Trabalho e/ou ações anulatórias para cancelar estes mencionados autos.

22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a riscos de mercado, que inclui riscos de variação cambial, volatilidade de preço de commodities e taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A administração da Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para: (i) monitoramento contínuo dos níveis de exposição em função dos volumes de vendas contratados; (ii) estimativas do valor de cada risco, tendo por base os limites de exposição cambial e dos preços de venda do açúcar estabelecidos; e (iii) previsão de fluxos de caixa futuros e o estabelecimento de limites de alçada de aprovação para a contratação de instrumentos financeiros destinados à precificação de produtos, à proteção contra variação cambial e volatilidade dos preços e taxa de juros.

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados exclusivamente com a finalidade de precificar e proteger as operações de exportação de açúcar, etanol e outros produtos da Companhia contra riscos de variação cambial, flutuação dos preços e variações nas taxas de juros. Não são efetuadas operações com instrumentos financeiros com fins especulativos.

22.1 Riscos de Mercado

a) Risco Cambial



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A administração estabeleceu uma política que exige que a Companhia administre seu risco cambial para reduzir os efeitos adversos causados por um potencial descasamento de moedas.

Para administrar seu risco cambial, são utilizados contratos a termo de moedas, ("NDFs"), estratégias de opções e swaps. A política de gestão de risco financeiro da Companhia define diretrizes que estabelecem o volume de proteção adequado dos fluxos de caixa previstos, principalmente relacionados às vendas de exportações.

Ativos e passivos expostos à variação cambial

O quadro abaixo resume os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira (dólares norte-americanos - US\$), consignados no balanço patrimonial nas demonstrações financeiras atuais:

Consolidado	2019	Milhares de US\$ equivalentes
Ativo circulante e não circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (bancos - depósitos à vista) Contas a receber de clientes Instrumentos financeiros derivativos	197.014 26.905 54.196	50.567 6.906 13.910
Total dos ativos	278.115	71.383
Passivo circulante e não circulante: Empréstimos e financiamentos Instrumentos financeiros derivativos	1.459.527 50.889	374.555 13.060
Total dos passivos	1.510.416	387.615
Sub-total ativo (passivo) (-) Financiamentos vinculados a exportações - ACC e PPE Exposição líquida passiva	(1.232.301) 653.825 (578.476)	(316.232) 167.789 (148.443)
Exposição liquida passiva	(3/0.4/0)	(140.443)

Referidos ativos e passivos foram atualizados e registrados nas atuais demonstrações financeiras à taxa de câmbio em vigor naquela data, sendo R\$ 3,8961 por US\$ 1,00 para os ativos e R\$ 3,8967 por US\$ 1,00 para os passivos.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Risco de volatilidade no preço de commodities

A São Martinho está exposta ao risco de mudanças no preço de commodities em razão dos produtos fabricados como açúcar e etanol. Nas demonstrações financeiras atuais, 573.306 toneladas de açúcar estavam precificadas junto a parceiros comerciais previstas para entrega na safra 19/20, com fixação em um preço médio de 13,54 ¢/lb (centavos de dólar norte-americano por libra peso), incluindo o prêmio de polarização.

c) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A São Martinho segue a prática de obter empréstimos e financiamentos indexados a taxas pós-fixadas. No que diz respeito aos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, ocorre uma mitigação natural do risco de flutuação de taxas de juros, uma vez que as aplicações financeiras são todas indexadas a taxas pós-fixadas. Quanto à moeda estrangeira, swaps podem ser contratados para mitigar as possíveis flutuações na taxa de juros (Libor).

d) Análise de sensibilidade dos riscos de mercado

O quadro a seguir apresenta uma análise de sensibilidade dos efeitos das mudanças nos fatores de risco relevantes aos quais a Companhia está exposta. Referida análise considera apenas os instrumentos que não estão designados para hedge accounting.

		Impactos no resultado		do
Consolidado	Fator de risco	Cenários prováveis 5%	Cenários possíveis 25%	Cenários possíveis 50%
Caixa e equivalentes de caixa	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	(9.852)	(49.261)	(98.521)
Contas a receber de clientes	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	(1.345)	(6.727)	(13.455)
Empréstimos e financiamentos	Alta na taxa de câmbio R\$/US\$	(487)	(2.436)	(4.877)
Instrumentos financeiros derivativos				
Contratos a termo de moeda	Alta na taxa de câmbio R\$/US\$	(1)	(7)	(15)
	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$ e alta			
Contratos de swap	na curva de juros	(328)	(820)	(1.641)
Exposição líquida		(12.013)	(59.251)	(118.509)

(a) A análise de sensibilidade das variações em curvas de juros foi efetuada considerando os efeitos de um aumento ou uma diminuição de 5bps, 25bps e 50bps (basis points) na curva de precificação do derivativo. A exposição a taxas refere-se exclusivamente a variações na curva do DI.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

e) Instrumentos financeiros

A São Martinho optou pela utilização da contabilidade de hedge (hedge accounting) para a contabilização de parte de seus instrumentos financeiros. Os instrumentos eleitos para designação são: a) derivativos de açúcar, etanol e moeda estrangeira - dólar americano b) dívidas em moeda estrangeira - dólar americano - que efetuam coberturas de vendas das safras 2018/2019 a 2024/2025, e foram classificados como hedge de fluxo de caixa de transações esperadas altamente prováveis (vendas futuras).

Para a utilização do hedge accounting, foram realizados testes prospectivos de eficácia que demonstraram que os instrumentos designados para hedge proporcionam uma compensação altamente eficaz aos efeitos de variações de preços sobre o valor das vendas futuras.

Em relação aos hedges de açúcar, os derivativos foram designados para proteção da variação dos fluxos de caixa das vendas futuras de açúcar. Estas operações são realizadas na bolsa de Nova Iorque - Intercontinental Exchange (ICE Futures US) e com instituições financeiras de primeira linha mediante contratos de balcão ou diretamente com nossos clientes.

Para os hedges de câmbio, os instrumentos financeiros derivativos e não derivativos foram designados como proteção de fluxos de caixa das vendas futuras em moeda estrangeira. Estes hedges são contratados mediante contratação de "Termos de Moeda" (NDFs), estratégias de Opções, Swaps e Dívidas em moeda estrangeira contratadas junto a instituições financeiras de primeira linha.

Nas demonstrações financeiras atuais e em 31 de março de 2018, os saldos de ativos e passivos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos e seus devidos vencimentos, estão apresentados a seguir:



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

				2019
Controladora e Consolidado	Valor/ Volume contratado	Preço/taxa média	referência	Valor justo (Fair value) - R\$
No ativo circulante - Ganho				
Depósito de margem				17.383
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Compromisso de venda	225.207	13,25	256.347	8.769
. Compromisso de compra	21.439	12,08	22.249	877
Contratos a termo de mercadoria - Sugar #11	EQ 402	12.00	/E / 40	1 501
. Compromisso de venda	58.423	13,08	65.648	1.591
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão . Compromisso de venda	51.615	4.2462	219.168	13.514
. Compromisso de compra	166	3,7403	621	30
Contratos de Opções de Mercadoria - Sugar #11 - Bolso				
. Posição titular de opções de venda (Puts)	97.287	13,53	113.079	8.471
Contratos de Opções Flexíveis - Dólar - Balcão				
. Posição titular de opções de compra (Calls)	613	3,9061	2.394	177
. Posição titular de opções de venda (Puts)	26.586	3,8293	101.806	3.155
Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo circu	<u>ulante</u>			53.967
No ativo não circulante - Ganho				
Contratos de Swap - Juros - Balcão				229
Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo não	<u>circulante</u>			229
No passivo circulante - Perda				
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Compromisso de venda	125.380	12,09	130.222	9.047
. Compromisso de compra	1.575	12,82	1.735	29
Contratos a termo de mercadoria - Sugar #11				
. Compromisso de venda	2.032	13,7900	2.407	2
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
. Compromisso de venda	131.240	3,8425	504.290	15.511
Contratos de Opções de Mercadoria - Sugar #11 - Bolso		1.4.00	100.044	2 (02
. Posição lançadora de opções de compra (Calls)	97.287	14,83	123.944	3.693
Contratos de Opções Flexíveis - Dólar - Balcão	27.198	3.9651	107.843	5.335
. Posição lançadora de opções de compra (Calls)	27.170	3,7631	107.643	
Contratos de Swap - Juros - Balcão				3.752
Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo cir	<u>rculante</u>			37.369
No passivo não circulante - Perda				10.500
Contratos de Swap - Juros - Balcão				13.520
Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo no	<u>ao circulante</u>			13.520



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

				2018
Consolidado	Valor/ Volume contratado	Preço/taxa média	referência	Valor justo (Fair value) - R\$
No ativo circulante - Ganho				
Depósito de margem				824
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa . Compromisso de venda	330.571	14,90	322.256	48.446
Contratos futuros de mercadoria - Etanol . Compromisso de venda	6.300	1.560,24	328	23
Contratos a termo de mercadoria - Sugar #11 . Compromisso de venda	29.973	15,28	29.964	5.418
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
. Compromisso de venda	67.819	3,3972	230.395	3.157
Contratos de Opções de Mercadoria - Sugar #11 - Bolso . Posição titular de opções de venda (Puts)	a 22.861	14,56	21.777	2.189
Contratos de Opções Flexíveis - Dólar - Balcão				
. Posição titular de opções de venda (Puts)	12.900	3,2977	42.570	1.217
Contratos de Swap - Juros - Balcão				7.899
Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo circu	<u>ulante</u>			69.173
<u>No ativo não circulante - Ganho</u>				
Contratos de Swap - Juros - Balcão				3.617
Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo não	<u>circulante</u>			3.617
No passivo circulante - Perda				
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Compromisso de venda	57.915	13,98	52.972	293
. Compromisso de compra	63.452	13,59	56.418	4.808
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
. Compromisso de venda	53.876	3,2918	177.349	2.325
Contratos de Opções de Mercadoria - Sugar #11 - Bolso . Posição lançadora de opções de compra (Calls)	a 22.861	15,94	23.842	772
Contratos de Opcões Flexíveis - Dólar - Balcão	22.001	13,74	25.042	//2
. Posição lançadora de opções de compra (Calls)	12.900	3,5568	45.924	646
Contratos de Swap - Juros - Balcão				18
Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo cir	<u>rculante</u>			8.862
No passivo não circulante - Perda				
Contratos de Swap - Juros - Balcão				930
Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo nã	ão circulante			930

O saldo de depósitos de margem se refere a recursos mantidos em contas correntes junto às corretoras para a cobertura de margens iniciais e de variação estabelecidas pela bolsa na qual os contratos são firmados, com o objetivo de garantir contratos em aberto e remessas líquidas relativas aos ajustes diários de variação de preço dos contratos no mercado futuro e de opções.

Os saldos de resultado potencial com operações de futuro, opções e contratos a termo referem-se ao efeito acumulado positivo (negativo) do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, nas correspondentes modalidades.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A composição dos instrumentos financeiros designados para hedge accounting na data das demonstrações financeiras atuais, é como segue:

Controladora e Consolidado	Ativo	Passivo	TOTAL em Outros Resultados Abrangentes
Instrumentos financeiros:			
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	14.460	9.140	5.320
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	13.791	17.033	(3.242)
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	-	222.883	(222.883)
	28.251	249.056	(220.805)
Tributos diferidos sobre os itens acima	(9.605)	(84.678)	75.073
	18.646	164.378	(145.732)

f) Estimativa de realização

Nas demonstrações financeiras atuais, os impactos contabilizados no patrimônio líquido da Companhia e a estimativa de realização no resultado estão demonstrados a seguir:

Controladora e consolidado	Safra 19/20		Safras 22/23 e 23/24		TOTAL
Instrumentos financeiros derivativos:					
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	5.320	-	-	-	5.320
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	(3.242)	-	-	-	(3.242)
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	(81.486)	(33.597)	(60.760)	(47.040)	(222.883)
	(79.408)	(33.597)	(60.760)	(47.040)	(220.805)
Tributos diferidos sobre os itens acima	26.999	11.423	20.658	15.993	75.073
	(52.409)	(22.174)	(40.102)	(31.047)	(145.732)

22.2 Risco de crédito

A gestão de risco de crédito ocorre por meio de contratação de operações apenas em instituições financeiras de primeira linha que atendem aos critérios de avaliação de riscos da São Martinho que controla mensalmente sua exposição em derivativos e aplicações financeiras, mediante critérios de concentração máxima em função do rating da instituição financeira.

Com relação ao risco de crédito de clientes, a São Martinho avalia anualmente o risco de crédito associado a cada um deles, e também sempre que há a inclusão de um novo cliente, atribuindo um limite individual de crédito em função do risco identificado.

22.3 Risco de liquidez

O Departamento Financeiro monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e à dívida de curto prazo.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O excesso de caixa em moeda nacional é aplicado em operações compromissadas lastreados em títulos privados, CDBs e fundos de investimentos, indexados pela variação do CDI, com características de alta liquidez e circulação no mercado.

Já o excesso de caixa internacional é aplicado com liquidez diária a taxas fixas previamente estabelecidas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Controladora	Menos de um ano	Entre um e três anos	Acima de três anos	Total
Em 31 de março de 2019				
Empréstimos e financiamentos	754.999	1.202.101	2.495.500	4.452.600
Instrumentos financeiros derivativos	37.369	13.520	-	50.889
Fornecedores	155.492	-	-	155.492
Aquisição de participação societária	11.715	23.240	3.650	38.605
Outros passivos	21.216	390	6.260	27.866
	980.791	1.239.251	2.505.410	4.725.452
Em 31 de março de 2018				
Empréstimos e financiamentos	574.569	1.627.291	1.418.708	3.620.568
Instrumentos financeiros derivativos	8.862	930	-	9.792
Fornecedores	111.893	-	-	111.893
Aquisição de participação societária	11.746	23.240	15.270	50.256
Outros passivos	18.693		14.542	33.235
	725.763	1.651.461	1.448.520	3.825.744
	Menos de	Entre um e	Acima de	
Consolidado	Menos de um ano	Entre um e três anos	Acima de três anos	Total
Consolidado Em 31 de março de 2019				Total
				Total 4.452.600
Em 31 de março de 2019	um ano	três anos	três anos	
Em 31 de março de 2019 Empréstimos e financiamentos	um ano 754.999	1.202.101	três anos	4.452.600
Em 31 de março de 2019 Empréstimos e financiamentos Instrumentos financeiros derivativos Fornecedores Aquisição de participação societária	754.999 37.369 152.713 11.715	1.202.101	2.495.500 - - 3.650	4.452.600 50.889 152.713 38.605
Em 31 de março de 2019 Empréstimos e financiamentos Instrumentos financeiros derivativos Fornecedores	754.999 37.369 152.713 11.715 27.020	1.202.101 13.520 - 23.240 390	2.495.500 - - - 3.650 6.260	4.452.600 50.889 152.713 38.605 33.670
Em 31 de março de 2019 Empréstimos e financiamentos Instrumentos financeiros derivativos Fornecedores Aquisição de participação societária	754.999 37.369 152.713 11.715	1.202.101 13.520 - 23.240	2.495.500 - - 3.650	4.452.600 50.889 152.713 38.605
Em 31 de março de 2019 Empréstimos e financiamentos Instrumentos financeiros derivativos Fornecedores Aquisição de participação societária	754.999 37.369 152.713 11.715 27.020	1.202.101 13.520 - 23.240 390	2.495.500 - - - 3.650 6.260	4.452.600 50.889 152.713 38.605 33.670
Em 31 de março de 2019 Empréstimos e financiamentos Instrumentos financeiros derivativos Fornecedores Aquisição de participação societária Outros passivos	754.999 37.369 152.713 11.715 27.020	1.202.101 13.520 - 23.240 390	2.495.500 - - - 3.650 6.260	4.452.600 50.889 152.713 38.605 33.670
Em 31 de março de 2019 Empréstimos e financiamentos Instrumentos financeiros derivativos Fornecedores Aquisição de participação societária Outros passivos Em 31 de março de 2018	754.999 37.369 152.713 11.715 27.020 983.816	1.202.101 13.520 - 23.240 390 1.239.251	2.495.500 - - - 3.650 6.260 2.505.410	4.452.600 50.889 152.713 38.605 33.670 4.728.477
Em 31 de março de 2019 Empréstimos e financiamentos Instrumentos financeiros derivativos Fornecedores Aquisição de participação societária Outros passivos Em 31 de março de 2018 Empréstimos e financiamentos	754.999 37.369 152.713 11.715 27.020 983.816	1,202,101 13,520 - 23,240 390 1,239,251	2.495.500 - - - 3.650 6.260 2.505.410	4.452.600 50.889 152.713 38.605 33.670 4.728.477
Em 31 de março de 2019 Empréstimos e financiamentos Instrumentos financeiros derivativos Fornecedores Aquisição de participação societária Outros passivos Em 31 de março de 2018 Empréstimos e financiamentos Instrumentos financeiros derivativos	754.999 37.369 152.713 11.715 27.020 983.816 686.630 8.862	1,202,101 13,520 - 23,240 390 1,239,251	2.495.500 - - - 3.650 6.260 2.505.410	4.452.600 50.889 152.713 38.605 33.670 4.728.477 3.924.897 9.792
Em 31 de março de 2019 Empréstimos e financiamentos Instrumentos financeiros derivativos Fornecedores Aquisição de participação societária Outros passivos Em 31 de março de 2018 Empréstimos e financiamentos Instrumentos financeiros derivativos Fornecedores	754.999 37.369 152.713 11.715 27.020 983.816 686.630 8.862 154.146	1,202,101 13,520 - 23,240 390 1,239,251 1,779,745 930 -	2.495.500 3.650 6.260 2.505.410 1.458.522	4.452.600 50.889 152.713 38.605 33.670 4.728.477 3.924.897 9.792 154.146
Em 31 de março de 2019 Empréstimos e financiamentos Instrumentos financeiros derivativos Fornecedores Aquisição de participação societária Outros passivos Em 31 de março de 2018 Empréstimos e financiamentos Instrumentos financeiros derivativos Fornecedores Aquisição de participação societária	754.999 37.369 152.713 11.715 27.020 983.816 686.630 8.862 154.146 11.746	1,202,101 13,520 - 23,240 390 1,239,251 1,779,745 930 -	2.495.500 3.650 6.260 2.505.410 1.458.522 15.270	4.452.600 50.889 152.713 38.605 33.670 4.728.477 3.924.897 9.792 154.146 50.256

22.4 Gestão de capital



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Lei das SA's permite que ações sejam tomadas pela Companhia a fim de assegurar os objetivos acima mencionados.

23. Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

23.1 Classificação

A classificação dos ativos e passivos financeiros é demonstrada nas tabelas a seguir:

		С	ontroladora
	Classificação	2019	2018
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo Amortizado	197.170	139.622
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	1.840.536	978.491
Contas a receber de clientes	Custo Amortizado	145.134	66.813
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do ORA	145.143	58.446
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	54.196	11.516
Partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	9	6.527
Outros ativos, exceto pagamentos antecipados	Empréstimos e recebíveis	18.268	9.082
		2.400.456	1.270.497
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	Valor justo por meio do resultado	16.496	29.274
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado	4.436.104	3.591.294
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do ORA	33.617	8.844
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	17.272	948
Fornecedores	Custo Amortizado	155.492	111.893
Aquisição de participações societárias	Custo Amortizado	38.605	50.256
Outros passivos	Custo Amortizado	27.866	33.235
		4.708.956	3.825.744



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		C	Consolidado
	Classificação	2019	2018
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo Amortizado	197.607	140.865
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	1.891.606	1.371.520
Contas a receber de clientes	Custo Amortizado	185.900	202.762
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do ORA	163.412	61.274
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	54.196	11.516
Outros ativos, exceto pagamentos antecipados	Custo Amortizado	19.183	7.080
		2.511.904	1.795.017
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	Valor justo por meio do resultado	16.496	29.274
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado	4.436.104	3.895.623
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do ORA	33.617	8.844
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	17.272	948
Fornecedores	Custo Amortizado	152.713	154.146
Aquisição de participações societárias	Custo Amortizado	38.605	50.256
Outros passivos	Custo Amortizado	33.670	42.829
		4.711.981	4.181.920

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou impaired é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Não há históricos de inadimplências relevantes na Companhia.

23.2 Valor Justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- **Nível 1** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- **Nível 2** Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e
- **Nível 3** Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

No exercício das demonstrações financeiras atuais, não houve reclassificação de ativos e passivos ao valor justo de ou para o nível 1, 2 ou 3.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

			2019			2018
Conforme balanço patrimonial - Consolidado	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo						
Aplicações financeiras	-	1.891.606	-	-	1.371.520	-
Instrumentos financeiros derivativos	18.117	36.079	-	50.658	22.132	-
Ativos biológicos	-	-	657.057	-	-	581.725
_	18.117	1.927.685	657.057	50.658	1.393.652	581.725
Passivo - Instrumentos financeiros derivativos	12.769	38.120	-	5.873	3.919	-

Futuros e Opções na ICE

O valor justo dos futuros negociados na bolsa de Nova Iorque - Intercontinental Exchange (ICE Futures US) e na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, é calculado pela diferença entre o preço contratual do derivativo e o preço de fechamento de mercado na data base, obtido de cotação em mercado ativo, e conciliado com os saldos credores ou devedores junto às corretoras. O valor justo das opções negociadas na ICE é obtido da cotação em mercado.

Opções de câmbio

O valor justo das opções de câmbio é obtido utilizando o modelo "Black 76", utilizando dados públicos de mercado e características das mesmas, especificamente o preço do ativo-objeto, o strike das opções, a volatilidade, a curva de juros e o tempo remanescente até o vencimento dos contratos.

Contratos a termo

O valor justo dos contratos a termo, tanto de câmbio quanto de açúcar, contratados no mercado balcão junto a bancos de primeira linha, é calculado por fluxo de caixa descontado baseado em dados de mercado observáveis, especificamente as curvas de juros DI, Libor e cupom cambial publicadas pela BM&F, a PTAX 800 publicada pelo Banco Central do Brasil, e os preços de futuros de açúcar divulgados pela Ice Futures na bolsa ICE.

Outros ativos e passivos financeiros

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, títulos a receber, contas a pagar aos fornecedores e títulos a pagar, pelo valor contábil, menos a perda (impairment) ou ajuste a valor presente, quando aplicável, estejam próximos de seus correspondentes valores justos.

24. Informação por segmento (consolidado)

A administração definiu os segmentos operacionais da São Martinho, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelos principais tomadores de decisão, sendo eles: a diretoria, a presidência e o Conselho de administração.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As análises são realizadas segmentando o negócio sob a ótica dos produtos comercializados pela São Martinho, compondo os seguintes segmentos:

- (i) Açúcar;
- (ii) Etanol;
- (iii) Energia elétrica;
- (iv) Empreendimentos imobiliários; e
- (v) Outros produtos e subprodutos de menor relevância.

As análises de desempenho dos segmentos operacionais são realizadas com base na demonstração do resultado por produto, com foco na rentabilidade. Os ativos operacionais relacionados a esses segmentos estão localizados apenas no Brasil.

Resultado consolidado por segmento

							2019
Consolidado	Açúcar	Etanol	Energia Elétrica	Empreen- dimentos Imobiliários	Outros produtos	Não segmentado	Total
Receita Bruta							
Mercado interno	140.706	2.223.752	230.458	4.277	62.725	-	2.661.918
Mercado externo	916.677	106.300	-	-	-	-	1.022.977
Resultado com derivativos	47.072	7.250	-	-	-	-	54.322
Amortização de contrato de fornecimento de energia elétrica	-	-	-	-	-	(8.152)	(8.152)
(-) Impostos, contr. e deduções sobre vendas	(9.311)	(328.250)	(21.377)	(1.547)	(10.218)		(370.703)
Receita Líquida	1.095.144	2.009.052	209.081	2.730	52.507	(8.152)	3.360.362
Custo dos produtos vendidos	(845.175)	(1.568.684)	(43.064)	(207)	(36.953)	-	(2.494.083)
Variação do Valor de Mercado do Ativo Biológico		-			-	5.151	5.151
Lucro bruto	249.969	440.368	166.017	2.523	15.554	(3.001)	871.430
Margem bruta	22,83%	21,92%	79,40%	92,42%	29,62%	_	25,93%
Despesas com vendas	(72.110)	(13.791)	(10.652)	-	(814)	_	(97.367)
Demais despesas operacionais, líquidas		-			-	(76.041)	(76.041)
Lucro operacional	177.859	426.577	155.365	2.523	14.740	(79.042)	698.022
Margem Operacional	16,24%	21,23%	74,31%	92,42%	28,07%	_	20,77%
Outras despesas e receitas não segmentadas		=	<u> </u>		=	(383.977)	(383.977)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-		314.045

							2018
Consolidado	Açúcar	Etanol	Energia Elétrica	Empreen- dimentos Imobiliários	Outros produtos	Não segmentado	Total
Receita Bruta							
Mercado interno	204.016	1.854.686	224.285	9.973	58.999	-	2.351.959
Mercado externo	1.313.574	27.807	-	-	4.738	-	1.346.119
Resultado com derivativos	103.540	(637)	-	-	99	-	103.002
Amortização de contrato de fornecimento de energia elétrica	-	-	-	-	-	(8.210)	(8.210)
(-) Impostos, contr. e deduções sobre vendas	(17.665)	(309.846)	(16.992)	(1.554)	(11.113)		(357.170)
Receita Líquida	1.603.465	1.572.010	207.293	8.419	52.723	(8.210)	3.435.700
Custo dos produtos vendidos	(1.054.010)	(1.137.574)	(38.421)	(639)	(42.633)	-	(2.273.277)
Variação do Valor de Mercado do Ativo Biológico					-	(63.064)	(63.064)
Lucro bruto	549.455	434.436	168.872	7.780	10.090	(71.274)	1.099.359
Margem bruta	34,27%	27,64%	81,47%	92,41%	19,14%	-	32,00%
Despesas com vendas	(101.537)	(7.758)	(9.974)	-	(509)	-	(119.778)
Demais receitas operacionais, líquidas	-	-		-	-	(179.900)	(179.900)
Lucro operacional	447.918	426.678	158.898	7.780	9.581	(251.174)	799.681
Margem Operacional	27,93%	27,14%	76,65%	92,41%	18,17%	-	23,28%
Outras despesas e receitas não segmentadas		-	-	-	-	(307.975)	(307.975)
Lucro líquido do exercício	-	-		-	-		491.706

Ativos operacionais consolidados por segmento

Os principais ativos operacionais da São Martinho foram segregados por segmento em função dos correspondentes centros de custo em que estão alocados e/ou de critério de rateio que leva em consideração a produção de cada produto em relação à produção total; assim, essa alocação pode variar de um exercício para outro.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

						2019
	Açúcar	Etanol	Energia Elétrica	Empreen- dimentos Imobiliários		Total
Contas a receber de clientes	40.482	72.055	36.354	31.221	5.788	185.900
Estoques e adiantamento a fornecedores	157.256	189.932	-	8.153	8.862	364.203
Ativos biológicos	222.024	435.033	-	-	-	657.057
Imobilizado	2.211.348	3.291.965	130.163	-	11.184	5.644.660
Intangível	249.864	177.587	51.048			478.499
Total de ativos alocados	2.880.974	4.166.572	217.565	39.374	25.834	7.330.319
Demais ativos não alocáveis					2.418.403	2.418.403
Total	2.880.974	4.166.572	217.565	39.374	2.444.237	9.748.722

						2018
	Açúcar	Etanol	Energia Elétrica	Empreen- dimentos Imobiliários		Total
Contas a receber de clientes	17.543	116.920	32.695	34.109	1.495	202.762
Estoques e adiantamento a fornecedores	175.109	259.191	-	5.820	5.669	445.789
Ativos biológicos	210.838	370.887	-	-	-	581.725
Imobilizado	2.125.566	3.177.537	134.485	-	12.324	5.449.912
Intangível	237.612	169.019	63.400	126		470.157
Total de ativos alocados	2.766.668	4.093.554	230.580	40.055	19.488	7.150.345
Demais ativos não alocáveis			-	-	1.964.367	1.964.367
Total	2.766.668	4.093.554	230.580	40.055	1.983.855	9.114.712

Considerando que os principais tomadores de decisão analisam seus passivos de forma consolidada, não estão sendo divulgadas informações por segmento relacionadas a passivos.

25. Receitas

A São Martinho adotou o IFRS 15 (CPC 47) Receita de contrato com clientes. A nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida, exigindo o reconhecimento do montante da receita para refletir a contraprestação que espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. Referida norma substitui todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS.

Em relação às vendas no mercado sucroalcooleiro e outros produtos derivados, representando substancialmente as receitas da Companhia, não houve impactos com a adoção da norma, uma vez que todas as obrigações de desempenho são concluídas no momento da entrega do produto final, sendo este também o momento de reconhecimento da receita.

Sobre o segmento de Empreendimentos Imobiliários, a Companhia mantém a aplicação do OCPC 04 – Aplicação da Interpretação Técnica 02,



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

conforme orientação da CVM, reconhecendo da receita ao longo do tempo (POC).

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades da São Martinho.

a) Venda de produtos e prestação de serviços

A São Martinho comercializa açúcar, etanol, energia elétrica, bagaço de cana, entre outros. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que ocorre a entrega dos produtos para o cliente. Para que a receita seja reconhecida, a Companhia segue a estrutura conceitual da norma, sendo as etapas de: identificação dos contratos com os clientes, identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos, determinação de preço da transação e alocação do preço da transação.

A São Martinho presta serviços de plantio, mecanização e logística. A precificação desses serviços ocorre mediante ao tempo incorrido e materiais utilizados, e são reconhecidos a medida que ocorrem.

Na data das demonstrações financeiras atuais, a Companhia possuía clientes que representavam mais de 10% de suas receitas líquidas. Os três maiores clientes das vendas de açúcar da Companhia correspondem a cerca de 24% da receita líquida; enquanto que, em relação ao etanol vendido, os três maiores clientes correspondem a 21%.

b) Venda de terras e loteamentos (Empreendimentos Imobiliários)

As receitas de vendas e os custos dos terrenos inerentes aos empreendimentos são apropriados ao resultado à medida que as obras de infraestrutura avançam, conforme orientado pela CVM e detalhado anteriormente.

Nas vendas a prazo de terrenos com as obras de infraestrutura concluídas, o resultado é apropriado no momento que a venda é efetivada, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual, sendo as receitas mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida e a receber. A Companhia considera o ajuste a valor presente para os valores a receber registrados.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora	Consolidado		
	2019	2018	2019	2018	
Receita bruta de vendas					
Mercado interno	2.554.457	1.284.911	2.661.918	2.351.959	
Mercado externo	1.022.977	1.346.119	1.022.977	1.346.119	
Resultado com derivativos	54.322	103.002	54.322	103.002	
	3.631.756	2.734.032	3.739.217	3.801.080	
Amortização de contrato de					
fornecimento de energia elétrica (i)	-	-	(8.152)	(8.210)	
	3.631.756	2.734.032	3.731.065	3.792.870	
Impostos, contribuições e deduções					
sobre vendas	(363.199)	(236.314)	(370.703)	(357.170)	
	3.268.557	2.497.718	3.360.362	3.435.700	

⁽i) Amortização dos contratos de fornecimento de Energia da BIO e UBV.

26. Custos e despesas por natureza

A reconciliação das despesas por natureza é como segue:

	С	ontroladora		Consolidado
	2019	2018	2019	2018
Matéria prima e materiais de uso e consumo	957.196	760.740	908.642	858.991
Despesas com pessoal	418.625	329.389	421.424	406.906
Depreciação e amortização (inclui ativos biológicos				
colhidos)	1.033.035	651.213	1.036.621	895.582
Serviços de terceiros	135.702	146.042	134.166	155.385
Peças e serviços de manutenção	110.652	82.006	110.833	113.550
Contencioso	12.021	7.642	12.038	5.593
Variação no valor justo dos ativos biológicos	(5.075)	69.361	(5.151)	63.064
Materiais para revenda	19.526	13.495	30.713	23.343
Realização de mais valia de estoque (PPA)	-	-	207	-
Custo com venda de terras	-	-	-	639
Outras despesas	124.296	44.632	131.731	113.136
	2.805.978	2.104.520	2.781.224	2.636.189
<u>Classificadas como:</u>				
Custo dos produtos vendidos	2.524.100	1.858.049	2.488.932	2.336.341
Despesas com vendas	94.828	105.275	97.367	119.778
Despesas gerais e administrativas	187.050	141.196	194.925	180.070
·	2.805.978	2.104.520	2.781.224	2.636.189



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27. Resultado Financeiro

	Controladora		Co	nsolidado
	2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras				
Juros recebidos e auferidos	84.174	83.036	91.885	115.268
Recuperação de Juros - PERT 11.941	-	4.604	-	4.604
PIS/COFINS sobre receita financeira	(4.327)	(5.277)	(4.404)	(6.487)
Outras receitas	13.065	6.624	16.237	9.317
	92.912	88.987	103.718	122.702
Despesas financeiras				
Ajuste a valor presente	(1.141)	(2.185)	(1.141)	(2.185)
Juros sobre empréstimos e				
financiamentos	(253.105)	(235.075)	(253.833)	(268.647)
Juros pagos e auferidos	(29.658)	(25.620)	(29.685)	(29.981)
Comissão de fiança bancária	(2.294)	(7.717)	(2.294)	(9.256)
Obrigações Copersucar	(6.871)	(10.969)	(6.871)	(10.969)
Outras despesas	(17.261)	(9.405)	(17.330)	(12.481)
	(310.330)	(290.971)	(311.154)	(333.519)
Variação cambial e monetária, líquida				
Disponibilidades	34.022	20.338	34.022	20.338
Clientes e fornecedores	9.286	(51)	9.286	(52)
Empréstimos e financiamentos	(78.315)	13.894	(78.316)	11.572
	(35.007)	34.181	(35.008)	31.858
Derivativos - não designados para hedge d	accounting			
Resultado com operações de açúcar	(1.677)	(3.350)	(1.677)	(3.350)
Resultado com operações de etanol	(182)	(1.655)	(182)	(1.655)
Resultado com operações de câmbio	(63.674)	(1.587)	(63.674)	(1.587)
Resultado com swap	(10.912)	6.650	(10.912)	9.477
Custo com transações em bolsa	(414)	(632)	(414)	(632)
Variação cambial líquida	515	(429)	515	(429)
	(76.344)	(1.003)	(76.344)	1.824
Resultado financeiro	(328.769)	(168.806)	(318.788)	(177.135)

28. Outras receitas e despesas

Nas demonstrações financeiras atuais, do saldo total em outras receitas e despesas, R\$ 106.499 se referem a indenização recebida pela Copersucar, conforme detalhado na nota 16.b



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29. Lucro por ação

	2019		2018
	Lucro básico e diluído	Lucro básico	Lucro diluído
Lucro do período atribuível aos acionistas da Companhia Quantidade média ponderada das ações ordinárias no	314.045	491.706	491.706
período - lotes de mil (i)	326.779	333.408	334.292
Lucro por ação (em reais)	0,9610	1,4748	1,4709

(i) Média ponderada de 31 de março de 2018 incluía as opções de compra de ações com potencial de diluição.

30. Cobertura de seguros

A São Martinho mantém programa padrão de segurança, treinamento e qualidade em suas unidades que visa, entre outras coisas, reduzir também os riscos de acidentes. Além disso, mantém contratos de seguros com coberturas consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As importâncias cobertas pelas apólices de seguros vigentes na data das demonstrações financeiras atuais são:

Controladora e Consolidado	Cobortura mávima (i)
Riscos cobertos	Cobertura máxima (i)
Responsabilidade civil	4.505.811
Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza	2.020.000
Roubo ou furto	401.026
Outras Coberturas	2.584.727
Danos elétricos	1.730.997
Fenômenos naturais, impactos de veículos aéreos ou terrestres, etc.	192.000
Lucros Cessantes	3.303.561

(i) Corresponde ao valor máximo das coberturas para diversos bens e localidades seguradas.

As coberturas relativas aos veículos, principalmente sobre responsabilidade civil, também estão incluídas acima, exceto para os danos materiais, que têm como referência, em média, 100% da tabela FIPE.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Aquisição e alienação de participação societária – valores a pagar e receber

O saldo a pagar líquido refere-se à aquisição e alienação de participação societária e está composto como segue:

	Aquisição de participação	Alienação de participação	
Controladora e Consolidado	Santa Cruz	Agro Pecuária Boa Vista	Saldo líquido
Saldo em 31 de março de 2018	(187.730)	137.474	(50.256)
Amortização do principal	31.210	(19.590)	11.620
Atualização monetária	(11.152)	8.207	(2.945)
Amortização (juros)	11.238	(8.262)	2.976
Saldo em 31 de março de 2019	(156.434)	117.829	(38.605)
	Ро	issivo circulante	(11.715)
	Passivo	não circulante	(26.890)
			(38.605)

Os valores são corrigidos pelo CDI, sendo pagos anualmente e com vencimento até 2025.

32. Evento subsequente

Conforme divulgado em Fato Relevante no dia 24 de junho de 2019, foi aprovado pelo Conselho de Administração: (i) cancelamento, sem redução do capital social, de 10.000.000 (dez milhões) de ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, mantidas em tesouraria, adquiridas em conformidade com o 4º e o 5º Programa de Recompra de Ações; e (ii) a abertura do 6º Programa de Recompra de Ações, com limite de até 10.000.000 (dez milhões) de ações ordinárias, com prazo máximo de até 18 meses a contar da data da aprovação.

São Martinho